

LEANDRO BICALHO LOPES

**SUBJETIVIDADE JUVENIL E RURALIDADE: CONCEPÇÕES DE
JOVENS ACERCA DE SI MESMOS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS –BRASIL
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

L864s Lopes, Leandro Bicalho, 1984-
2018 Subjetividade juvenil e ruralidade : concepções de jovens acerca
de si mesmos / Leandro Bicalho Lopes. - Viçosa, MG, 2018.
x, 102f. : il. ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Lilian Perdigão Caixeta Reis.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 78-86.

1. Juventude rural. 2. Identidade (Psicologia) em jovens. 3.
Subjetividade. 4. Sociologia rural. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-Graduação
em Economia Doméstica. II. Título.

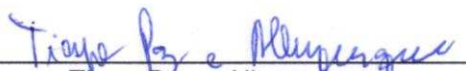
CDD 22. ed. 305.23

LEANDRO BICALHO LOPES

**SUBJETIVIDADE JUVENIL E RURALIDADE: CONCEPÇÕES DE JOVENS
ACERCA DE SI MESMOS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 23 de fevereiro de 2018.


Tiago Paz e Albuquerque


Rita de Cássia Pereira Farias


Lilian Perdigão Caixeta Reis
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial a minha orientadora LÍlian Perdigão Caixêta Reis por sua incansável disponibilidade, compreensão e humildade nesta caminhada. Para além de todo conhecimento teórico, aprendi com ela que o mestrado pode ser um processo mais humano.

À minha família por estar sempre próxima e acreditar no meu potencial. Em especial minha mãe Marisa e meu pai Moacyr.

À minha companheira Luísa, pelo carinho e companheirismo nos momentos difíceis, e por suportar as repetidas vezes que meu único assunto era mestrado.

Aos professores Beto, Bruno, Fabiana e Sérgio que, ainda na minha graduação, me ensinaram muito sobre pesquisa e teorias que serviram de suporte para minha formação como psicólogo. Especialmente a professora Anna Cláudia pelos ensinamentos em psicologia social e pelo eterno suporte teórico.

Aos meus amigos de Ponte Nova, pela companhia desde minha infância; aos novos amigos de mestrado, em especial Amanda, pelas dores de cabeça juntos; Reinaldinho, Adriana e Yeimy com reflexões no MU sobre a vida e pela cerveja de cada dia; ao Tiago, companheiro para além do trabalho que me incentivou a iniciar essa jornada.

Ao Marcelo Loures, Rita Farias e Tiago Albuquerque pelos apontamentos e sugestões durante a construção do projeto e defesa da dissertação.

Aos jovens que participaram da pesquisa, dedicando suas experiências de mundo para contribuir com todo esse trabalho.

Ao Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica e a UFV pela possibilidade de realização do mestrado.

E, finalmente, agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa durante todo período deste mestrado.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	v
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT.....	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	7
REVISÃO DE LITERATURA.....	7
1.1. Juventude	7
1.2. Crítica à Naturalização da Juventude	10
1.3. Juventude do Campo, Exclusão e Migração	13
CAPÍTULO 2	20
APORTE TEÓRICO	20
2.1. Subjetividade	20
2.1.2. Contribuições da Teoria do Self-dialógico e da Psicologia Cultural Acerca da Subjetividade	22
2.1.3. Subjetividade na Perspectiva da Psicologia Social Latino-americana	25
2.1.4. Sentido Subjetivo: a Ideia Chave Para a Subjetividade	28
2.2. A Perspectiva Social do Campo.....	31
CAPÍTULO 3	36
METODOLOGIA	36
3.1. Caracterização da Pesquisa	36
3.2. Local do Estudo	37
3.3. Sujeitos da Pesquisa	38
3.4. Instrumentos da Pesquisa	40
3.5. Considerações Éticas	44
3.6. Análise das Informações	44
CAPÍTULO 4	46
O PLANO DO COMPATILHAMENTO: A PERCEPÇÃO DOS JOVENS DO CAMPO ACERCA DE SI MESMOS.....	46
4.1. Jovem no Campo e as Limitações Locais	46
4.2. Juventude como Etapa de Experimentação.....	50
4.3. A Ambivalência no Projeto de Vida: Fora ou no Campo	52

4.4. A Desvalorização das Características do Campo	54
CAPÍTULO 5	58
O PLANO DAS SINGULARIDADES: OS SENTIDOS SUBJETIVOS DOS JOVENS DO CAMPO	58
5.1. O Contraste Entre a Segurança/Inferioridade do Campo: Construções a Partir das Informações de Pedro	60
5.2. A Pertença em Relação ao Campo: Construções a Partir das Informações de Luísa	63
5.3. A Solidão e as Dificuldades no Campo: Construções a Partir das Informações de Lorena	67
5.4. Panorama da Análise Singularizada	70
5.5. A Singularidade do Pesquisador: Dificuldades/facilidades da Pesquisa	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
APÊNDICE A- ROTEIRO PARA ENTREVISTA	87
APÊNDICE B- INSTRUMENTO GERADOR DOS MAPAS AFETIVOS	89
APÊNDICE C- RECURSOS PARA ORIENTAÇÃO DO GRUPO FOCAL	93
APÊNDICE D- ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL	96
APÊNDICE E- AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	97
APÊNDICE F- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MENORES)	98
APÊNDICE G- TERMO DE ASSENTIMENTO	100

LISTA DE QUADROS

Quadro1- Mapa de localização de Cajuri-MG.....	38
Quadro 2- Dados dos sujeitos da pesquisa	40
Quadro 3- Mapas Afetivos.....	43
Quadro 4- Análise de conteúdo das informações dos participantes	59
Quadro 5- Mapa Afetivo de Pedro.....	61
Quadro 6- Mapa Afetivo de Luísa.....	65
Quadro 7- Mapa Afetivo de Lorena	69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MG	Minas Gerais
NPT	Nossa Primeira Terra
OIJ	Organização Ibero-americana da Juventude
OMS	Organização Mundial da Juventude
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TO	Tocantins
UFV	Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

LOPES, Leandro Bicalho, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2018. **Subjetividade Juvenil e Ruralidade: concepções de jovens acerca de si mesmos**. Orientadora: Lílian Perdigão Caixêta Reis.

Os estudos que se propõem a analisar os jovens têm apontado para o domínio na utilização de uma concepção naturalizada de juventude, pautada no modelo classe média urbana e uma consequente desconsideração das diversas formas de subjetivação que perpassam os distintos contextos. O caso dos jovens do campo em seu processo de transição para a cidade se apresenta como um importante elemento para se refletir sobre qual a visão que eles possuem sobre a juventude do campo, em um contexto de relação urbano/rural. É nessa relação entre cultura rural e urbana, somado a lógica da desvalorização social do modo de vida rural no discurso dominante e nos sentidos pessoais dados por estes jovens, que se configurarão suas subjetividades. Refletir sobre a visão que a juventude rural possui acerca de si mesma, interligando a relação contexto rural/urbano e processos de subjetivação, faz evocar algumas questões tais como: quais são as concepções que a juventude do campo faz acerca de si mesma? Como esses jovens se sentem percebidos pelos demais jovens que não são do campo? De que modo elas interferem na dinâmica sair/ficar no campo? Como estes jovens avaliam o seu local de origem? Diante disso, o objetivo geral deste estudo foi analisar as concepções que os jovens do campo possuem acerca de si mesmos. Fundamentou-se metodologicamente pelos preceitos da Epistemologia Qualitativa. O público pesquisado foram jovens (15 aos 29 anos) oriundos da zona rural de Cajuri-MG, que cursam o ensino médio na cidade sede, totalizando 11 participantes. Os instrumentos utilizados foram respectivamente: grupo focal (11 jovens), entrevista semi-estruturada e mapas afetivos (8 jovens). A construção das informações foi dividida em duas etapas. Na primeira buscou-se compreender a visão compartilhada sobre o tema, analisadas pela Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Já na segunda etapa, foram selecionados três casos e utilizou-se a perspectiva dos sentidos subjetivos para apreensão do singular, analisados pela perspectiva construtivo-interpretativa de Gonzalez Rey. Como resultados, obtiveram-se, na visão

compartilhada as seguintes quatro categorias: Jovem no Campo e as Limitações Locais; Juventude como Etapa de Experimentação; A Ambivalência no Projeto de Vida: Fora ou no Campo; A Desvalorização das Características do Campo. Nas singularidades constataram-se zonas de sentidos que trouxeram elementos às vezes convergentes com o plano compartilhado, como o caso de Lorena, em sua visão negativa sobre o campo; e às vezes divergente, como a de Luísa, em quem nível de diferenciação da sua resposta subjetiva e da percepção elaborada pelo grupo, foi muito alto. Os resultados apontaram ainda as limitações do alcance das políticas públicas nessa realidade, o que culmina na necessidade de migração para a cidade. Espera-se que este estudo possa contribuir para se pensar em políticas públicas de valorização do espaço rural que levem em consideração tanto aspectos da estrutura física do espaço campestre, quanto às perspectivas educacionais que problematizem as questões campo/cidade.

ABSTRACT

LOPES, Leandro Bicalho, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2018.
Youth Subjectivity and Rurality: conceptions of young about themselves. Advisor: Lílian Perdigão Caixêta Reis.

The studies that are proposed to analyze the young have pointed to the domain in the use of a naturalized conception of youth, based on the urban middle class model and a consequent disregard of the different forms of subjectivation that cross the different contexts. The case of rural youth in their transition process to the city presents itself as an important element to reflect on how they represent themselves in a context of urban / rural relationship. It is in this relation between rural and urban culture, in addition to the logic of the social devaluation of the rural way of life in the dominant discourse and in the personal senses given by these young people, that their subjectivities will be configured. Reflecting on the conceptions that the rural youth makes about itself, interconnecting the rural / urban context and processes of subjectivation, evokes some questions such as: what are the conceptions that youth from the countryside do about itself? How do these young people feel perceived by other young people who are not from the countryside? How do they interfere with the dynamics of leaving / staying on the field? How do these young people evaluate their place of origin? Therefore, the general objective of this study was to analyze the conceptions that young people from the countryside have about themselves. It was methodologically based on the precepts of Qualitative Epistemology. The public surveyed were young (15 to 29 years old) from the countryside of Cajuri-MG, attending high school in the host city, totaling 11 participants. The instruments used were: focal group (11 young people), semi-structured interview and affective maps (8 young people). The construction of the information was divided into two stages. In the first one, we used the theoretical contribution of Theory of Social Representations in order to understand the shared vision on the theme analyzed by Laurence Bardin's Content Analysis. In the second stage, three cases were selected and the perspective of the subjective senses for the apprehension of the singular, analyzed by the constructive-interpretive perspective of Gonzalez Rey, was used. As results, the following four categories were obtained from the shared vision: Countryside and

Local Limitations; Youth as a Stage of Experimentation; Ambivalence in the Life Project: Outside or in the Field; The Devaluation of Field Characteristics. In the singularities, there were areas of meanings that brought elements sometimes convergent with social representations, such as Lorena, in her negative view of the countryside; and sometimes divergent, like that of Luisa, in which level of differentiation of her subjective response and the representation elaborated by the group was very high. The results also pointed out to the limitations of the reach of public policies in this reality, which culminates in the need for migration to the city. It is hoped that this study may contribute to the consideration of public policies of valorization of the rural space that take into account both aspects of the physical structure from the countryside, and the educational perspectives that problematize the field/city issues.

INTRODUÇÃO

Os estudos (OZELLA, 2003; BOCK, 2004 E 2007; OZELLA E AGUIAR, 2008; CÉSAR, 2008; CASTRO, 2005 e 2009) que propõem analisar os jovens têm apontado para o domínio da utilização de uma concepção de juventude¹ sob a ótica da perspectiva naturalizante, em que o jovem e o adolescente são vistos a partir da relação entre maturação biológica e psicológica. Assim, a puberdade demarcaria a entrada nessa fase de desenvolvimento, sendo a crise de identidade sua principal característica, indica uma visão de adolescência que abarca somente o modelo hegemônico de juventude, pautado nos referenciais do modelo classe média. Essa concepção é fortemente amparada pelos manuais de psicopedagogia até a década de 70 -analisados por Cesar (2008)- e agora reforçada por textos que vão desde os científicos até os mais simples, como os de auto ajuda (destinados sejam aos próprios adolescentes, sejam aos seus pais), onde delimitam um ideal de juventude que não abrange outras diversidades contextuais.

Por outro lado, há perspectivas críticas a essa vertente dominante, como as defendidas por Ozella (2003), Bock (2004) e (2007), Ozella e Aguiar (2008), César (2008), que concebem a juventude como uma produção social, com características delimitadas em um determinado momento histórico, através das relações sociais e das formas de sobrevivência. Essas abordagens ressaltam a necessidade de se estudar os jovens enquanto atores sociais consubstanciados em realidades que os modificam e são modificadas por eles, substituindo a visão da juventude exclusivamente como etapa de passagem da infância para a vida adulta, por uma mais polissêmica. Consideram diferentes culturas e subjetividades

¹Não há um consenso entre os autores sobre os termos adolescência e juventude. Alguns colocam o primeiro como um conceito psicológico, atrelado a ideia de indivíduo como um ser psíquico; enquanto que o segundo mais sociológico, vinculado a processos sociais e históricos mais gerais; até os que desconsideram uma diferenciação entre eles (WEISHEIMER, 2005; SILVA e LOPES, 2009). Neste trabalho, os termos juventude será privilegiado exatamente por compreender esse grupo como resultado de relações sociais produzidas no percurso da história.

demarcam distintas formas de se vivenciar a juventude, relacionando individualidade e influências socioculturais.

A juventude do campo se apresenta como uma realidade cujo contexto poderá demarcar diferentes formas de subjetivação quando comparada à juventude vivenciada nas cidades. Conforme mostra Carneiro (2007), há necessidade de uma leitura não dualista entre campo e cidade, já que estes diferentes universos se interpenetram - seja através da mídia, das novas tecnologias e das relações com o trabalho. No entanto, a autora afirma que não analisar as particularidades do mundo rural seria cair em reducionismo.

Tais particularidades passam tanto pela atração do jovem do campo pelo modo de vida urbano, considerado superior, quanto pelas limitações do alcance das políticas públicas para o público rural, principalmente os jovens (GALINDO 2014). Dessa forma, ser jovem no campo, um espaço que pode apresentar difíceis condições materiais e com pouco acesso às políticas públicas, é comumente conviver com a possibilidade de carregar a marca da invisibilidade e da exclusão social.

A situação de desigualdade rural x urbano somada a atração dos jovens pelo modelo de juventude urbana, faz com que aumente o discurso sobre a migração como projeto de vida destes jovens, numa tentativa de melhoria de vida e reconhecimento social. A desvalorização da agricultura familiar; as relações autoritárias demarcadas na falta de autonomia principalmente da mulher, no seio da família; a educação escolar pautada na cultura urbana também são fatores que reforçam a aspiração da saída do campo (WEISHEIMER, 2005; FURLANI E BONFIM, 2010; BRUMER, 2007; ALVES E DAYRELL 2015b; ZAGO, 2016).

Por outro lado (WEISHEIMER, 2003; WANDERLEY, 2007; CARNEIRO, 2007 E 2008; CASTRO, 2009; COSTA E RALISCH 2013; LOPES E CARVALHO, 2015), também indicam a presença de um discurso entre os jovens que demonstra um desejo de ficar no meio rural, reafirmado por práticas que, segundo Carneiro (2007), combinam o trabalho na agricultura e em outros setores, como o comércio. A autora fala em “desejar o melhor dos dois mundos”, para explicar as novas mentalidades da juventude rural e seu desejo de permanecer na realidade do

campo, mas aproveitando o que de melhor o urbano tem a oferecer, desejo esse endossado pela crise do modelo de sociedade urbana.

É nessa relação entre cultura rural e urbana, demarcado pela desvalorização social do modo de vida rural, presente no próprio discurso dos jovens e no sentido pessoal dados por eles, que se configurarão suas subjetividades. Essa última é tratada aqui como uma categoria que abarca aspectos sociais, culturais, históricos e individuais (BOCK, 2004), conforme apontam as psicologias sociocultural e sócio-histórica, ambas de vertente vigotskiana. São as subjetividades que vão delimitar as emoções e o desejo de ficar ou sair do campo, reflexões tão presentes nos estudos sobre ruralidade (CASTRO, 2009).

Os estudos sobre subjetividade ratificam a importância de se conhecer os indivíduos para se ter acesso a ela, em acordo com uma visão de sujeito ativo, produto e produtor de sua realidade histórico-social (GONZALEZ REY, 2006). Nesse sentido, compreender a forma pela qual os jovens percebem a si mesmos, interseccionado às suas subjetividades, aponta para a necessidade de tê-los como sujeitos da pesquisa.

Assim, refletir sobre as concepções que a juventude do campo constrói acerca de si mesma, apontando como essa realidade rural interfere na produção dessas percepções e na constituição de subjetividades, faz evocar algumas questões, tais como: quais são as concepções que a juventude do campo faz acerca de si mesma? Como esses jovens se sentem percebidos pelos demais jovens que não são do campo? Essas percepções sobre o que é ser jovem condizem com a vivenciada por eles? Como elas interferem na dinâmica sair/ficar no campo? Como estes jovens avaliam o seu local de origem?

O meu interesse pelos estudos sobre a juventude rural surgiu a partir do trabalho de oficinas socioeducativas que desenvolvi, nos anos de 2013 a 2016, com esse público através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Cajuri-MG - uma cidade de pequeno porte da Zona da Mata mineira que possui cerca de 4 mil habitantes. Nessas atividades, percebi as idiossincrasias da lógica do contexto rural, pautadas nas relações familiares e caracterizado pelas limitações econômicas.

Nessa experiência, percebia os limites das políticas públicas, evidenciados principalmente nas dificuldades de transporte para chegar à ao centro da cidade, local onde se concentram as possibilidades de acesso à bens e serviços essenciais. Além disso, as oficinas desenvolvidas no espaço da escola, na cidade sede, mostraram uma educação pautada na sobrevalorização da cultura urbana em detrimento a rural. Essas experiências, ainda orientadas por uma visão sem um exame pormenorizado, foram de grande incentivo para que o meu interesse nessa área se ampliasse.

Esta pesquisa teve como público alvo os jovens da cidade de Cajuri-MG, que residem no campo, mas estudam na cidade. Ela visou ampliar o conhecimento sobre a juventude rural enquanto uma categoria que poucas vezes é alvo de políticas públicas efetivas, pois essas muitas vezes desconsideram as singularidades deste público (WEISHEIMER, 2005; CASTRO, 2009; GALINDO, 2014).

A pertinência de estudos qualitativos sobre as concepções elaboradas pelos jovens participantes da pesquisa está na possibilidade de apontar as possíveis diversidades de subjetivação que configuram esse grupo, favorecendo a elaboração de políticas públicas que atendam em suas necessidade.

Os profissionais que atuam com esses jovens também são passíveis de serem favorecidos com estudos nessa temática, já que poderão ser amparados por uma perspectiva que não limita a juventude apenas a partir da ótica naturalizante. Isso pode auxiliar, por exemplo, na fundamentação de uma educação mais produtora de sentido, já que estará mais condizente com a realidade desse grupo; e menos excludente, pois poderá se atentar para as relações que perpassam a sobreposição do modo de vida urbano ao rural, presente na sociedade.

Há ainda uma relevância dessa pesquisa para o programa de pós graduação da Economia Doméstica, que tem como foco a família e sua relação com a sociedade. O jovem está inserido na trama familiar, uma das grandes instituições subjetivadoras desse público. Entendê-los, dá margem para estudos que visam aprofundar a relação entre eles; a família enquanto um mecanismo de proteção social, muito presente no discurso dos jovens, ou de vulnerabilidade; e até mesmo

como essa instituição se insere na lógica da migração desses jovens para as grandes cidades.

Dessa forma o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as concepções que os jovens do campo possuem acerca de si mesmos. Buscou-se: caracterizar socioeconomicamente os jovens participantes da pesquisa; analisar as trajetórias dos jovens, identificando os aspectos que se destacam na transição do campo para a cidade; caracterizar as percepções dos jovens sobre os processos de exclusão e inclusão das políticas públicas; refletir sobre as autopercepções da juventude do campo; elucidar as consequências dessas últimas na dinâmica da migração.

Como aporte teórico, buscou-se traçar um panorama da realidade social campestre para auxiliar na compreensão da visão compartilhada dos jovens sobre o tema; além das contribuições de Gonzalez Rey, com a perspectiva dos sentidos subjetivos, para apreensão do singular.

O primeiro capítulo deste trabalho faz uma revisão de literatura partindo-se do conceito de juventude, traçando o histórico do seu surgimento e as principais definições para o termo. Em seguida, problematiza a ciência que trata o jovem e o adolescente pelo viés biopsicológico, apontando o sócio-histórico como suporte para a presente pesquisa. Por fim adentra a discussão da juventude do campo, o problema da exclusão social deste público e a questão da migração para as cidades.

O segundo capítulo traz o aporte teórico que serviu de base para este trabalho. Assim, discute a subjetividade à luz das vertentes latino- americanas em psicologia social e das contribuições da psicologia cultural, além de traçar aspectos da realidade social do campo. Em seguida discorre-se sobre a perspectiva dos sentidos subjetivos, teoria utilizada para o estudo da subjetividade.

O capítulo 3 traça os caminhos metodológicos utilizados, discorrendo inicialmente sobre os princípios da Epistemologia Qualitativa, de Gonzalez Rey. Há uma breve descrição sobre a cidade onde foi realizada a pesquisa e o público alvo, bem como as considerações éticas para a realização do estudo. Em seguida fala-se sobre os instrumentos para busca de informações: o grupo focal, a entrevista semi-estruturada e os mapas afetivos. Por fim, este capítulo aponta a forma pela qual as informações foram construídas, sendo que, o recurso utilizado para analisar o plano

das informações compartilhadas foi a análise de conteúdo de Laurence Bardin, enquanto que o do singular foi a de Gonzalez Rey.

O capítulo 4 demarca os resultados referentes ao plano compartilhado, deflagradas no grupo focal. Essas foram elaboradas a partir de 4 categorias: jovem no campo e as limitações locais; juventude como período de experimentação; a ambivalência do projeto de vida fora ou no campo; a desvalorização das características do campo.

Já o capítulo 5 desenvolve as análises que dizem respeito aos sentidos subjetivos, evidenciados nas entrevistas e mapas afetivos, a partir das informações obtidas por três participantes: Pedro (15 anos), Luísa (17 anos) e Lorena (17 anos).

Por fim têm-se as considerações finais, onde foi realizada uma síntese da discussão, as ponderações e a importância dessa pesquisa para o tema da juventude do campo.

CAPÍTULO 1

REVISÃO DE LITERATURA

Para fundamentar a discussão, este capítulo traz uma revisão de literatura dos seguintes temas: Juventude, delineando as múltiplas utilizações para o conceito; Crítica à Naturalização da Juventude, no qual se problematiza as diversas formas de ser jovem no Brasil, desnaturalizando-a; e Juventude do campo, Exclusão e Migração, onde é exposto as possibilidades e limites desse público, relacionado ao desejo de sair ou ficar no campo.

1.1. Juventude

A categoria juventude será aqui discutida em dois vieses. Um a partir de suas possíveis delimitações, como a etariedade ou inserção social, por exemplo; e outro sobre os paradigmas que propõem estudá-la, sendo eles o modelo biopsicossocial e o sócio-histórico-cultural. Os autores utilizados neste estudo (OZELLA, 2003; POCHMANN, 2004; BOCK, 2004; CASTRO 2005, 2009; WEISHEIMER, 2005; ABRAMO, 2008; CESAR, 2008) discutem o conceito sob uma perspectiva crítica, contrapondo às concepções de juventude que abordam o tema de forma naturalizada.

Antes de adentrar essa discussão, discute-se o surgimento do conceito de juventude na sociedade, descrevendo como a ideia sobre o jovem se transformou ao longo da história. De acordo com Ariés (1981), para se entender como surgiu o que se conhece hoje como adolescência, deve-se entender, primeiramente, a história da infância. Para o autor, até o século XVIII ia-se da infância para a vida adulta, ao se adquirir as habilidades necessárias para tal fase. Porém, ao aumentar a participação do Estado na dimensão pública, fez com que a população passasse a voltar seus interesses pelo privado, ampliando o sentimento de cuidado entre os membros nesse espaço (ARIÉS, 1981). De acordo com o autor, com o advento do Iluminismo

e da industrialização, passou-se a priorizar a conhecimento e a escolarização, demarcando as crianças como um público inativo economicamente.

Segundo Grossman (2010), no século XIX, com o fortalecimento dos Estados Nacionais e o crescimento da industrialização a infância passou a ser vista como um momento privilegiado da vida, sob a ideia de uma formação para um futuro melhor. O papel da família e, principalmente da mulher, se modificam, e os cuidados com a criança passam a serem vistos como fundamentais. Foi a partir dessa época que surgiu a adolescência moderna, sob a ideia de uma fase com características peculiares demarcadas, surgiu (GROSSMAN, 2010). Segundo a autora, ao longo dos séculos ela foi recebendo um caráter de fase em que se apresentam naturais comportamentos de riscos sociais e individuais, tornando-se alvo de estudos científicos. O conceito de juventude surgiu exatamente no campo histórico e sociológico, na tentativa de desvincular a adolescência dessa concepção natural dada a ela, agregando elementos como historicidade e relações sociais (WEISHEIMER, 2005; SILVA e LOPES, 2009).

Depois de mencionado esse breve histórico sobre o surgimento da adolescência, faz-se necessário trazer algumas definições para ela. Entende-se que, de acordo Castro (2005, 2009) e Weisheimer (2005), há diferentes concepções de juventude e adolescência que vão desde a classificação etária, demarcando a adolescência como o período entre 12 e 18 anos e a juventude dos 15 aos 24 anos, a juventude enquanto modo de vida, delimitada por características específicas como permanência na escola, ausência de filhos, etc.

Weisheimer (2005) identificou cinco modelos de concepção de juventude em estudos sobre o tema: “faixa etária; ciclo da vida; geração; cultura ou modo de vida e ainda representação social” (p.20). Estes cinco serão descritos a seguir.

O critério faixa etária define a idade como delimitador para seleção dos entrevistados em pesquisa com jovens. As fontes mais adotadas são: a Organização Mundial da Saúde (OMS), que aponta a pré-adolescência (10-14 anos) e a adolescência (15-19 anos); a Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ) e a Organização Internacional da Juventude que usam a faixa entre 15 e 24 anos; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (12 a 18 anos) e a Estatística (IBGE)

que delimita a juventude como grupo de indivíduos com idade entre 15 a 24 anos (WEISHEIMER, 2005). O Estatuto da Juventude ainda não havia sido elaborado no período de estudo de Weisheimer, porém de acordo com esse documento os jovens são pessoas que estão entre 15 e 29 anos de idade (Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013).

Abramo (2008) aponta que grande parte das pesquisas se apoia no IPEA e no IBGE como marcador etário para a juventude; entretanto a autora afirma a necessidade de se relativizá-lo, já que a realidade de cada grupo é distinta, sendo a juventude demarcada de forma diversa em cada contexto.

A juventude como ciclo de vida é a concepção mais utilizada e a delimita como um período de transição entre a infância e a fase adulta, iniciando-se com a puberdade e tendo o seu término variando de acordo com a perspectiva adotada por cada autor (WEISHEIMER, 2005).

O critério da geração como abalizadora da juventude diz respeito à “similaridade de situação em um mesmo tempo histórico” (WEISHEIMER, 2005, p. 22). Nesse sentido, os jovens compartilhariam os mesmos valores e formas de se comportar que os diferenciam das demais gerações. Estes valores, relativo à geração, que definiriam o que é e o que não é ser jovem.

Na perspectiva da juventude como cultura ou modo de vida, as diferentes culturas e modos de vida seriam definidores de subjetividade que, por sua vez, determinariam quem são os jovens. Assim, jeito de vestir, gostos e formas de se comportar emergem das mídias e apontam diferenças, por exemplo, do jovem urbano em relação ao jovem rural (WEISHEIMER, 2005).

Por último, a perspectiva das representações sociais demarca a juventude como reprodução de relações sociais construídas em determinadas realidades, ou seja, nessa premissa, “busca-se apreender os significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto sociocultural” (WEISHEIMER, 2005, p. 24). Essas representações do que é ser jovem podem ser elaboradas pelos próprios jovens (autorrepresentação) e/ou pela própria sociedade na qual o indivíduo está inserido.

Conforme já citado, não há um consenso entre os autores sobre a categoria juventude, de acordo com o autor, há quem utiliza os termos juventude e adolescência como sinônimos, outros colocam o primeiro como um conceito sociológico e o segundo psicológico; há também autores que desconsideram a

diferenciação entre estes dois conceitos (WEISHEIMER, 2005; SILVA e LOPES, 2009). Weisheimer (2005) ainda critica as concepções que não problematizam o próprio público estudado, reduzindo a categoria juventude a simples limites etários.

Diante das diversas concepções sobre juventude, o tópico a seguir tem por proposta discutir a juventude a partir de uma visão crítica, tomando sua concepção enquanto uma produção social e histórica, foco desta pesquisa.

1.2. Crítica à Naturalização da Juventude

Ozella (2003) e Pochmann (2004) afirmam que há duas teorias que demarcam os estudos sobre a juventude, uma biopsicológica e outra sociocultural. Ozella (2003) menciona que há uma visão hegemônica, difundida pela psicologia, que aborda a adolescência através de uma perspectiva biologizante/naturalizante/essencialista, e aponta a puberdade como processo de mudanças corpóreas que, por sua vez, balizariam a adolescência como período de crise. Segundo o autor, este referencial foi adotado por Stanley Hall no início do século XX, reforçado pela psicanálise e pela psicologia do desenvolvimento, com forte influência de pensadores como Anna Freud e Erickson (1976), este último apontado por Bock (2004) como principal responsável por identificar a adolescência como fase da confusão de papéis, ou: “quem institucionalizou a adolescência” (33). Nestes casos ela é vista como um período do ciclo de vida que detém características próprias como, crise de identidade, rebeldia, indecisões, conflitos, etc.

Segundo César (2008) e Ozella (2003), a perspectiva naturalizante da adolescência foi amparada pela ciência dos manuais de psicopedagogia até a década de 1960, sendo definitiva para criação de um discurso sobre a ela. Esse discurso ainda persiste agora amparado por coletâneas científicas (livros de

desenvolvimento humano) e textos mais simples e diretos, como os livros de autoajuda, destinados aos próprios adolescentes e aos seus pais. Autores como César (2008), Ozella (2003), Ozella e Aguiar (2008), Bock (2004; 2007), e Castro (2005; 2009) mostram que há presença de uma visão da adolescência/juventude marcada por uma ideia de transição para fase adulta ou dotada de características predominantemente negativas e universais.

Em uma análise sobre concepções de adolescência presentes em livros de orientação para pais e professores, Bock (2007) afirma que é compreendida como uma fase natural e universal do desenvolvimento humano. Sob esta perspectiva é vista de forma negativa, como um momento da vida caracterizado por crise e rebeldia. Apontam para uma analogia entre concepções naturalizante da adolescência e determinados comportamentos tidos como indesejáveis.

Por outro lado, há uma perspectiva sócio-histórica, a qual será utilizada na presente pesquisa, conectada a concepção de adolescência como produção histórico-social, utilizada nesta pesquisa sob o conceito de juventude, que aponta que as características decorrentes dessa fase vão sendo construídas nas formas de sobrevivência, de acordo com as relações sociais, conforme aponta Ozella (2003) e Bock (2004). Isso não implica em negar a concepção de adolescência, problematizar seu significado, que é construído dentro de um contexto e de uma cultura específica.

Ozella e Aguiar (2008), em estudos realizados na cidade de São Paulo-SP, trazem uma importante explanação sobre a reprodução da ideia de juventude por jovens, mostrando como os significados sociais dados a adolescência são apreendidos por eles e delimitam suas subjetividades. As falas destes jovens revelam concepções tradicionais sobre o que eles consideram ser adolescente. Entretanto, os adolescentes das classes menos favorecidas demonstram certa limitação em vivê-la na prática.

Os estudos que englobam a juventude enquanto conceito que abarca os jovens de todas as classes sociais é algo recente do século atual (ABRAMO, 2008). Fazendo um apanhado histórico sobre a concepção de juventude, a autora aponta que, até década de 1960, a visibilidade do jovem era restrita somente à classe média, e a categoria juventude recebia o significado a partir dessa condição juvenil;

ou seja, ser jovem era ter o estilo de vida classe média. Em seguida, até da década de 1990, o termo ficou atrelado à ideia de crianças e jovens (indistintos) em situação de vulnerabilidade e à mobilização para defesa dos direitos, principalmente das crianças. Os termos juventude e jovem, como usados nos discursos atuais é algo recente.

Abramo (2008) reforça a concepção de juventude enquanto produção social, advinda da industrialização e de sua consequente necessidade de adiamento para maturação e maior preparação para o mercado de trabalho, período chamado de moratória.

A moratória inicialmente foi restrita aos extratos econômicos mais altos e ao sexo masculino, retomando a ideia de juventude limitada ao contexto de classes favorecidas (ABRAMO, 2008). Apropriando-se de Bourdieu, a autora reforça essa reflexão, pois segundo ela, o termo juventude não se refere às diversidades de inserção social, limitando-se a reproduzir um modelo hegemônico de juventude, o da classe média.

A saída para que o conceito abranja outras classes foi obtida na distinção entre condição e situação, adotando a segunda como paradigma para a concepção de juventude (ABRAMO, 2008). A condição diz respeito à visão hegemônica da juventude, como a sociedade lhe atribui significado e, nesse sentido, de como estabelece o que é viver a juventude, já a situação refere-se a como essa condição é vivida a partir de cada contexto - classe, gênero, etnia, etc (ABRAMO, 2008). Nesse sentido, a autora traz a importância de se falar em “juventudes”, desvinculando sua concepção a somente uma classe social e inserindo-a ao contexto de múltiplas vivências (ABRAMO, 2008, p. 43).

É através dessa ideia de “juventudes”, referindo-se as diversas maneiras de subjetivação nas quais os jovens estão inseridos, que se inscreve a juventude rural, tomada como estudo na presente pesquisa. É por ela também que se reflete sobre a complexidade da relação entre identificação com a cultura de origem e/ou apropriação do modo de vida urbano, sair ou ficar no campo, tema que será tratado a seguir.

1.3. Juventude do Campo, Exclusão e Migração

O presente tópico discute os estudos sobre a juventude do campo a partir da relação entre a permanência e a saída do mundo rural, apontando como a situação de desigualdade urbano/rural pode estar relacionado ao tema da migração. Esse tema é mais complexo do que se pensar a saída do campo como consequência das limitações econômicas do local ou a atração pelo modo de vida urbano e, envolve questões como relações familiares, gênero, transição escolar, desejos de melhoria de vida, acesso à tecnologia, lazer e outros. Foram utilizados alguns dos principais autores que tratam dessa temática (CASTRO, 2005 e 2009; WEISHEIMER, 2005; BRUMER, 2007; CARNEIRO, 2007 e 2008; WANDERLEY, 2007), além de dissertações que explanaram a questão da juventude rural na microrregião de Viçosa, local deste estudo (COSTA, 2010; SILVA, 2012; COUTINHO, 2014), somada a alguns artigos que complementam a discussão.

Os estudos sobre juventude rural assumiram um debate mais amplo somente a partir década de 1990, que coincide com o aumento de trabalhos científicos sobre o Terceiro Mundo. A questão da saída dos jovens do meio rural em direção ao urbano é tratada em grande parte deles sob duas óticas: uma a partir das limitações impostas pelo campo a estes jovens e outra com foco na reprodução do modelo urbano de juventude (CASTRO, 2009).

Weisheimer (2005), em análise de pesquisas sobre a juventude rural, afirma que há uma situação de invisibilidade deste público, e as políticas públicas ainda têm um alcance restrito, já que desconsideram as singularidades de cada contexto, o que resulta em dificuldades de acesso à saúde, ao transporte e ao lazer (serviços socialmente necessários e garantidos pela constituição enquanto direitos sociais). Isso dificulta com que eles sejam reconhecidos enquanto sujeitos de direitos, culminando em uma retroalimentação entre invisibilidade e migração.

A busca pela melhoria de vida e pelo reconhecimento social aparece, nesse sentido, no discurso dos jovens do campo, como fator a ser alcançado através da migração. As possibilidades dessas conquistas no contexto rural são escassas para os jovens, e os recursos financeiros advindos do trabalho na propriedade familiar

rendem somente o suficiente para diversão aos finais de semana (ALVES E DAYRELL, 2015b).

A maior parte da queixa dos jovens do ambiente rural é exatamente essas limitações em relação às conquistas financeiras atreladas às dificuldades para conseguir emprego. Embora a maioria dos jovens do campo manifeste a vontade de permanecer no local de origem, grande parte deles acaba por vislumbrar somente a migração como forma para conquistar um trabalho e uma autonomia econômica (CASTRO, 2009; FURLANI E BONFIM, 2010). Por outro lado, a parcela que afirma o desejo de sair, aponta para uma desqualificação do trabalho agrícola (COSTA E RALISCH, 2013), ou ainda a escassez de acesso a terras (BRUMER, 2007). Sobre esse tema da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, é interessante notar as contribuições de Paugam (2003) onde o autor aponta que essas limitações, somadas a perda de referência com o local de origem, leva a uma sensação de fragilidade e inferioridade que, segundo ele, causa uma dependência em relação ao serviço de assistência social (status de assistido). Segundo o autor, esse processo pode levar ao enfraquecimento e a uma ruptura social, que conduz a um estado de marginalização, e “desqualificação social”.

Os limites trazidos pelas relações familiares também estão presentes em grande parte dos estudos (WEISHEIMER, 2005; FURLANI E BONFIM, 2010; BRUMER, 2007; COSTA E RALISCH 2013; ALVES E DAYRELL 2015b). Apesar de haver um discurso de valorização da família, vista como instância fundamental para confiança e formação de valores como aponta Laranjeira *et al* (2016), há uma reprodução da lógica familiar moderada pela autoridade paterna, colocando o jovem numa posição subalterna na hierarquia das relações sociais. O discurso dos adultos é de valorização dos jovens, mas a prática mostra o contrário (CASTRO, 2009). A tomada de decisão no que diz respeito às questões das atividades de produção na agricultura, nesse sentido, fica somente a critério dos pais, tendo o jovem pouca participação. Além disso, os recursos também não são igualmente divididos, ficando a maior parcela deles controladas pelos pais (BRUMER, 2007).

Costa e Ralisch (2013), em estudo com assentados, afirmam que os jovens ficam privados das discussões referentes à produtividade e às questões da comunidade, uma vez que são tidos somente como força de trabalho. Para os

autores, essa situação é obscurecida por uma falsa ideia de desinteresse do jovem pela agricultura.

O caso das mulheres deve receber uma análise à parte. Apesar das múltiplas jornadas de trabalho, agregando tarefas na agricultura e domésticas, o trabalho exercido por elas é amplamente desvalorizado, e visto somente como uma espécie de ajuda em funções mais leves (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1997 *apud* COSTA E RALISCH, 2013). A subalternação das mulheres jovens ao controle familiar também é muito superior quando comparado ao dos homens. Fazendo parte de um projeto de agricultura familiar que muitas vezes não inclui a destinação de terras às mulheres, elas vêm a saída de casa como única oportunidade para buscar autonomia (CASTRO, 2009 e CARNEIRO, 2008). Nesse sentido, com a alta migração de mulheres para as cidades, evitar o celibato passa a ser um motivador para saída também dos homens em direção à zona urbana (CASTRO, 2009; BRUMER, 2007).

A transição para o ensino médio e/ou ensino superior também é um fator que interfere na dinâmica da migração. Para Alves e Dayrell (2015b), nela, o jovem se dirige para as cidades que ofertam essa etapa da educação, e isso aparece como um fator de estigmatização da realidade rural. Vista pelo próprio jovem e pelos seus pais como instituição capaz de oferecer ascensão social, a escola produz e reproduz o estigma do jovem do campo através da homogeneização das características da juventude, pautada no modelo hegemônico de juventude classe média urbana (ALVES E DAYRELL, 2015b). Esse modelo de juventude difundido nas escolas é visto como culto e civilizado, contrapondo-se ao que difere dele, tido como irracional, ignorante e, nesse sentido, sob um discurso subliminar; portanto, o diferente é levado a querer se adaptar a esses padrões (ARROYO, 1982 *apud* ALVES E DAYRELL, 2015b). As novas experiências socioculturais, principalmente no ensino médio, são responsáveis por novas dinâmicas de desvalorização do espaço rural e pela atração por novos horizontes e novos projetos de vida (ZAGO, 2016; ALVES E DAYRELL, 2015a).

Costa (2010) também traz uma contribuição à discussão sobre a supervalorização do modo de vida urbano. Segundo ele, a concepção de cultura que a sociedade possui diz respeito somente àquilo que está presente no mundo urbano,

como museus, teatros, shoppings, etc. Por outro lado há um processo de folclorização da cultura rural, como o caso das festas juninas, onde se faz uma imagem distorcida do campo na atualidade, e liga a cultura do campo ao passado e a inevitável extinção. Segundo o autor, esse processo inibe os jovens a se interessarem e a darem continuidade nas manifestações artísticas tipicamente rurais.

As escolas pouco contribuem para valorização da atividade da agricultura familiar e da cultura rural, num processo educacional que não leva em consideração as lógicas vividas pelos jovens no contexto rural. É na transição da saída do ensino médio que, normalmente, implica na afirmação de uma identidade de ruptura com a agricultura familiar (LARANJEIRA *et al*, 2016). A dificuldade de acesso às instituições de ensino também são um entrave. Normalmente utilizam-se do transporte público que combinam uma infraestrutura precária com uma longa caminhada a pé (CASTRO, 2009; ZAGO, 2016).

Sawaia (2012) traz uma contribuição para essa discussão das instituições que recebem públicos diversos, sem oferecer condições que valorizem as diferenças, como o caso da escola citado acima, através do processo que ela chamou de inclusão/ exclusão perversos. Segundo a autora, ele é resultado das relações intersubjetivas dos indivíduos, onde um grupo minoritário é tratado pelo desvalor e pela inferiorização, obscurecida pela ideia de inclusão, a fim de garantir uma ordem social. Assim, ocorre por meio da integração do sujeito a algo que já está predeterminado, tomado como padrão e com regras determinadas pelos que já nele estão inseridos. Tal situação aponta para uma condição de inferioridade de quem está sendo integrado, que deve se adaptar a nova condição. A inclusão perversa, face da exclusão, está atrelada ao sentimento de inferioridade e vergonha (MIURA E SAWAIA, 2013), experienciado pelo sujeito como se ele fosse criador de sua própria condição excludente.

Dando continuidade aos estudos sobre a juventude do campo, há também autores (WEISHEIMER, 2005; SOUZA E SOUZAS, 2012) que falam da ambiguidade em relação à saída/permanência do jovem no contexto rural. Eles mostram que, por um lado, tem-se as limitações relativas à vida no campo (educação, cultura e lazer), as dificuldades econômicas diante da desvalorização da agricultura familiar e falta de autonomia que vem atrelada às relações autoritárias no seio da família; por

outro, há uma valorização da condição rural, pautada na crise do modelo urbano, na valorização dos cuidados familiares e nas possibilidades de acesso à terra (WEISHEIMER, 2005). Assim, os jovens do campo acabam vivendo uma ambiguidade entre “viver em lugares onde tudo é ausência (urbano) e viver em um lugar tranquilo, porém com dificuldade de acesso aos serviços básicos (rural)” (SOUZA E SOUZAS, 2012).

Contrapondo a ideia da migração como única saída para os jovens, Castro (2009) e Carneiro (2007) apontam o desejo dos jovens em permanecer no meio rural, atrelado a estratégias de trabalho que envolve a agricultura e outros setores. Carneiro (2007) analisa a juventude que reside no meio rural, mas trabalha no meio urbano, segundo ela, essa transição, onde o jovem busca nas cidades condições para se manterem no campo, reafirma uma revalorização do ambiente rural. Coutinho (2014), em estudo com pessoas que vivem no campo, mostra que a posse da terra é uma das principais fatores de permanência no campo, entretanto ainda apareceram resultados como a tranquilidade, o silêncio e o cantar dos pássaros, apontando para uma valorização do modo de vida rural.

Segundo Wheisheimer (2005), estudos sobre a visão da juventude rural sobre o rural, apresentam resultados diversos, mostram os anseios destes jovens em vivenciar padrões de vida pautados na cultura urbana, mas também reforçam o padrão do rural como desejo. Para Carneiro (2007), Wanderley (2007) e Castro (2009), o ideal de juventude para os jovens do meio rural não está totalmente atrelado ao modo de juventude do meio urbano, ou seja, não somente aspiram viver a vida da juventude urbana tal como ela é, eles desejam o “melhor dos dois mundos” ou ideal “rurbano”. (CARNEIRO, 2007, p. 60). Nas palavras de Wanderley (2007), “pode haver um ideal ao mesmo tempo de ruptura e de continuidade do mundo rural.” (p. 24)

Bamat e Ieno Neto (1998) *apud* Costa e Ralisch (2013), assinalam que jovens demonstram o desejo de dar continuidade ao trabalho dos pais no campo, mas afirmam a necessidade de ter acesso aos recursos presentes com facilidade no meio urbano como, internet, TV, celular e outros. O interesse pela cultura urbana se dá principalmente através da mídia e das constantes idas às cidades, ou deslocamento cotidiano que corre em todas as idades, conforme aponta Coutinho

(2014). Assim, os jovens combinam em projetos que envolvem a cultura rural e a urbana, no sentido de se complementarem e não dicotomizando (SILVA, 2012).

Carneiro (2008) rechaça o mito de uma inevitável homogeneização entre rural/urbano, advinda dessa conciliação entre agricultura e outras atividades, ou no incremento das tecnologias antes restritas somente ao meio urbano. Para a autora, a não centralidade na produção agrícola não justifica a fusão rural/urbano, onde o primeiro é confundido com o segundo, criticando a noção de descaracterização do rural. Wanderley (2009) reforça essa perspectiva com estudos sobre as pequenas cidades e as dinâmicas familiares destes locais. Segundo ela, não há uma sobreposição do urbano sobre o rural, principalmente na lógica das pequenas cidades, onde a cultura rural é perpetuada.

A juventude vivida em assentamentos rurais merece destaque por conta de suas particularidades. Há casos em que, munidos de uma história de lutas políticas por terras, o jovem constitui sua identidade em uma relação de identificação com o assentamento e apropriação da vida rural. O sentimento de pertença fortalece o desejo de permanecer no grupo. Assim, os jovens que estiveram presentes nos movimentos de luta, conhecem os hinos, as histórias, os mitos, têm mais intensa a sensação de fazer parte do grupo, o que mostra como a memória é importante para formação do sentimento de pertencimento (BARBANTI, 2006*apud* LOPES E CARVALHO, 2015).

Por outro lado, a vida nos acampamentos pode representar uma ruptura com a antiga vida no campo, mudança de escola, amigos, rede comunitária e outros, o que pode dificultar a própria permanência do jovem nesse contexto (LOPES E CARVALHO, 2015). Não há uma homogeneidade sobre a contribuição dos assentamentos para os jovens na relação entre ficar/sair do campo, mas Lopes e Carvalho (2015) mostram resultados que indicam um maior desejo de permanecer no local. Além da identidade política, esses autores ainda destacam a tranquilidade, a possibilidade de trabalhar no quintal de casa, os alimentos saudáveis, as belezas da paisagem e as relações sociais de solidariedade.

Castro (2005), em pesquisa com jovem em assentamentos rurais do Rio de Janeiro-RJ, relata que o assunto “saída dos jovens” foi recorrente na fala dos

pesquisados, principalmente relacionando a migração do campo como forma de melhoria de vida. Mas também foi significativo o número de jovens que relataram o desejo de permanecer no campo, presente no discurso e nas práticas de conciliação entre atividades agrícolas e trabalhos nas cidades, sem se perder os vínculos e identificações com o grupo de origem.

As reflexões apresentadas nessa sessão trazem o paradoxo sair/ficar no campo como um tema complexo que envolve questões micro e macroestruturais interferindo na trama da migração. A supervalorização do ideal de juventude urbana quando comparada ao modo de vida do jovem do campo, que ocorre principalmente no ensino médio, aponta a necessidade de análise sobre o processo de exclusão social que configuram subjetividades da juventude rural. A discussão sobre subjetividades será abordada a seguir.

CAPÍTULO 2

APORTE TEÓRICO

Neste capítulo são apresentadas as contribuições teóricas que fundamentaram este estudo. Para tal, foram feitas algumas reflexões sobre a realidade social do campo, a fim de dar suporte para compreensão da visão compartilhada dos jovens sobre a realidade campestre. Foi utilizado também a perspectiva dos sentidos subjetivos para análise da singularidade dos sujeitos pesquisados. Ponderou-se ainda sobre a teoria do self-dialógico e o conceito de ambivalência para o debate. Previamente a isso, foram consideradas as contribuições de Vigotski para o estudo da subjetividade.

2.1. Subjetividade

A subjetividade será aqui tratada sob enfoque da psicologia sócio-histórica e histórico-cultural (vertentes latino-americanas) a partir de Gonzalez Rey, Bock e Silvia Lane. Considera-se também as contribuições da teoria do self dialógico e da psicologia cultural através do conceito de ambivalência na perspectiva de Abbey e Valsiner, e de Raggat.

Antes de adentrar a discussão sobre subjetividade é necessário incluir uma breve reflexão sobre as ideias de Vigotski que, conforme citado acima, foi de grande influência para construção de teorias da psicologia social.

Vigotski (2007) traz a fala como importante recurso para o desenvolvimento do pensamento complexo do ser humano. Segundo ele, os outros seres, como o macaco, por exemplo, utiliza-se de instrumentos na sua relação com o mundo, mas a fala e os signos são as principais características que diferenciam o ser humano dos demais animais. São também os signos e a fala que possibilitam o contato de criança com a cultura e a sociedade no geral.

Ao discutir sobre o signo, Vigotski (2007) coloca-o como intermediário na relação do sujeito com o ambiente (estímulo-resposta ou S-R), agindo, conforme

afirma o próprio autor, como um “estímulo de segunda ordem” (p. 33), modificando a relação S-R e oferecendo estruturas de comportamentos mais qualitativas, no sentido de possíveis de serem controladas pelo indivíduo.

Um exemplo de como o signo interfere na relação com o ambiente são as escolhas pessoais. Vigotski (2007) diferencia as escolhas da criança que ainda não desenvolveu o uso dos signos e da que já desenvolveu. De acordo com ele, diferentemente da primeira, que age de forma impulsiva, a segunda, através do uso dos signos, é capaz de avaliar a consequência de uma escolha: “O sistema de signos reestrutura a totalidade do processo psicológico, tornando a criança capaz de dominar seu movimento” (p.27). A resposta da ação passa a determinar o padrão das escolhas.

A apreensão dos signos se dá através do processo que Vigotski (2007) chama de internalização que se refere à ação de construção interna, e por isso singular, dos signos que são culturalmente produzidos. Ela é a grande responsável pela assimilação da cultura que constitui a formação da psicologia e da subjetividade humana.

A utilização dos signos está ligada a processos socioculturais, assim, para fins explicativos, Vigotski (2007) diferencia os processos psicológicos elementares, que são biológicos, dos processos psicológicos superiores, de ordem histórica, social e cultural. Essas afirmações de Vigotski (2007) foram fundamentais para apontá-lo como um dos pioneiros a elaborar uma teoria do desenvolvimento humano que abarcasse a dialética entre a história social e individual enquanto constituintes dos processos psicológicos superiores que, por sua vez, são formadores do sujeito. É nessa relação entre individual/ biológico e sociocultural que o autor denominará de “história natural do signo” (p.42).

Os dois itens a seguir trarão uma discussão sobre a subjetividade a partir de abordagens teóricas que receberam forte influência das ideias de Vigotski.

2.1.2. Contribuições da Teoria do Self-dialógico e da Psicologia Cultural Acerca da Subjetividade

Este tópico tem por objetivo trazer uma reflexão sobre a subjetividade a partir da concepção da teoria do self-dialógico e o conceito de ambivalência -sendo este último explorado por autores da psicologia cultural- enquanto balizadores da subjetividade.

A questão da identidade passou a ser uma preocupação para os estudiosos a partir da ruptura com a ideia religiosa de alma humana e de ser humano por ela determinado (D' ALTE *et al*, 2007). Nesse sentido, identidade pessoal passa a ser colocada como algo construído e não dado a priori. São diversas as possibilidades de entendimentos para a subjetividade individual e, para identidade pessoal, que perpassam por posturas epistemológicas adotadas para tal e vão desde Locke, Willian James, passando por Freud, Skinner à ciência pós-moderna e oscilando entre perspectiva individual e social de estudo (D' ALTE *et al* 2007).

Uma saída alternativa que D' Alteet *al* (2007) colocam é a perspectiva dialógica, elaborada por Bakhtin e utilizada por autores como HermanseKempen, Holquis e Marková que, postula uma condição sujeito relacional, inserido em seu contexto social e cultural. Foi a partir da perspectiva dialógica que se cunhou a teoria do self-dialógico, de Hubert Hermans, que tem como princípio a noção de subjetividade construída a partir da relação entre diferentes sujeitos, em um dado contexto, mediados pela linguagem (OLIVEIRA E VIEIRA, 2006). Essa visão tenta superar a ideia de self estático e abordá-lo de forma complexa e dinâmica (MATTOS, 2013).

O self-dialógico tem como base o diálogo, mas ele implica, além disso, em algo ainda mais fundamental: a relação. Neste caso, a relação “eu” e o “outro” (que pode ser uma pessoa, grupo, sociedade) dão sentido a existência pessoal, sem deixar de se considerar o contexto cultural em que a relação acontece. É nessa relação com o outro que o sujeito elabora o discurso que fornece base para o senso de si, inter cruzando conhecimento e subjetividade (OLIVEIRA E VIEIRA, 2006; OLIVEIRA, 2006; D' ALTE *et al*, 2007). O foco recai, então, nas práticas comunicativas para constituição do julgamento de si (TOLEDO, 2014).

Esse processo tem como resultado uma co-construção do sujeito em sua relação com o outro e com seu contexto cultural. E, por ser dialógico, é sempre modificado, reconfigurado de acordo com as novas práticas discursiva que esse contexto oferece, ainda que para o sujeito haja uma noção de permanência do self (MATOS, 2013; TOLEDO, 2014).

As diversas maneiras relacionais do sujeito com o outro também é uma característica que marca a ideia de self relacional. Diante delas, o sujeito assume uma multiplicidade de papéis e diferentes vozes. Essas diversidades de vozes, papéis assumidos, ou ainda, “Posições do Eu” (RAGGAT, 2012 *apud* TOLEDO, 2014 p.15), formam diferentes concepções que podem ser complementares ou conflitantes entre si. Nesse sentido, essas concepções podem assumir uma relação hierárquica, onde uma toma a centralidade e delimita o paradigma do sujeito, enquanto outras são evocadas somente em situações bem específicas, por exemplo, nas relações com pessoas que se tem pouca intimidade. As diferentes vozes ainda podem levar a um estado ambivalente do self (RAGGAT, 2012 *apud* TOLEDO, 2014).

Para Abbey e Valsiner (2004) *apud* Silva (2010) ambivalência, signo e self estão atrelados, este último, por sua vez, é fundamental para se pensar o processo de construção de significados e identidade pessoal. O signo se relaciona a construções que servem de substitutas para um determinado objeto ou fenômeno, valendo-se para simplificar, em esquemas, experiências humanas, no sentido de facilitar seu entendimento. São eles que vão mediar a relação do sujeito com o presente e a antecipação de eventos futuros a partir de suas experiências passadas, tanto no sentido de agir sobre este evento, quanto de modificá-lo ou se adaptar a ele. O grau de solidez de um signo está atrelado a sua capacidade para explicar uma realidade para o sujeito.

Entretanto, nem sempre os signos são suficientes para representar uma situação, diante da multiplicidade das experiências humanas, podem ocorrer incertezas, que Abbey e Valsiner (2004) *apud* Silva (2010) chamam de ambivalência. Ela refere-se a uma situação de incongruência entre o evento experienciado e o significado dado a ele, ou seja, entre o que sabia sobre ele e o que não sabia. Toledo (2014) explana o conceito da ambivalência com o seguinte exemplo:

Um sujeito que, por exemplo, deixa sua cultura de origem para residir em uma sociedade com costumes e representações muito diversas da sua, vive uma série de desafios e tensões envolvendo seu trânsito sociocultural. Desta forma, podemos considerar a entrada do sujeito em um novo contexto cultural como o eixo de diferenciação que proporcionou a emergência de posições pessoais capazes de significar suas novas experiências e lidar com as situações de tensão e ambivalência (Toledo, 2014, p. 16).

A ambivalência pode gerar estados que os autores delimitam em três níveis: Condição Nula, onde não há tensão e a nova experiência cai no esquecimento; Condição Irregular, onde há uma tensão mínima que gera novas aprendizagens e construção de novos signos; e a Bifurcação de Trajetórias, onde há uma alta tensão entre certeza e incerteza. Neste último caso, a bifurcação se dá pela possibilidade de dois resultados, num deles a pessoa se desinteressa pela nova experiência e volta a “Condição Nula” e, no outro, há um elevado nível de incerteza, que pode não ser adaptativo devido a tensão elevada (ABBEY E VALSINER, 2004 *apud* SILVA, 2010).

Pesquisas que trazem a teoria do self dialógico com adolescentes (OLIVEIRA, 2006; MATTOS, 2013; TOLEDO, 2014), pois chegada dessa fase é fortemente marcada por relações sociais cada vez mais heterogêneas, anteriormente muito delimitadas pela família e escola. Essas novas socializações são balizadas por episódios de ambivalência, o que leva a novas subjetivações e uma exigência de inovação na arquitetura do self (OLIVEIRA, 2006; MATTOS, 2013). São os recursos simbólico-culturais ou vozes significativas - apreendidos pelo adolescente que vão servir de suporte para se organizar diante dessas novas configurações (MATTOS, 2013).

Toledo (2014), em análise dos estudos de Prokopiou, Cline e Abreu com jovens muçulmanos que vivem na Inglaterra, ilustra os casos de ambivalência e o movimento do self destes sujeitos. Por serem uma minoria dentro de uma diferente cultura, as tensões giravam em torno de se apegarem à cultura de origem ou se adequarem a nova cultura para tentar recuperar a sensação de pertencimento ao grupo. Mattos (2013) indica que um dos processos envolvidos nas experiências de se tornar jovem está exatamente essa necessidade de se construir uma sensação de inclusão e pertencimento social. Segundo Prokopiou, Cline e Abreu

(2012)*apud*Toledo (2014) havia um processo de silenciamento de algumas posições pessoais que diziam respeito à sua cultura de origem, o que aponta uma invisibilidade como recurso para tal situação. Na mesma proposta, o autor apresenta a relação de ambivalência, em estudo com outro grupo de jovens, entre a performance de gênero não normativa vivida por eles e a pressão das instituições pela normatividade, bem como as reconfigurações de posicionamento do self nessas circunstâncias (TOLEDO, 2014).

Refletindo sobre processo de constituição do self dos jovens, Mattos (2013) também aponta a juventude como uma predisposição a uma busca de autorregulação advinda da própria exigência que as novas experiências sociais demandam. Segundo a autora, há três esferas que delimitam a organização das experiências da juventude: “construção de um sistema de valores, construção de vínculos de pertencimento e de uma perspectiva de tempo orientada para o futuro” (p.2). A primeira tem como foco central a conquista da responsabilidade;a segunda traz a ideia de aquisição de vínculos mútuo de pertencimento, constituindo uma fusão entre a cultura pessoal e a cultura coletiva. Enquanto que a última direciona o jovem para um projeto do que ele não é, mas poderá vir a ser, a partir do que o sujeito pensa para si mesmo, a autora analisa o vir-a-ser-profissional para ilustrar essa esfera (MATTOS, 2013). Estas três dimensões demarcarão as ambivalências que estarão presentes nas experiências que surgem com a chegada da juventude, bem como as modificações no self do jovem.

A seguir será discutida a perspectiva da subjetividade para as perspectivas da psicologia social latino-americana, adentrando as ideias sobre sentido subjetivo, de Gonzalez Rey.

2.1.3.Subjetividade na Perspectiva da Psicologia Social Latino-americana

Gonzalez Rey (2002), menciona que Vygotsky e Rubinstein foram os pioneiros da psicologia soviética a se atentarem para a questão da subjetividade enquanto objeto de estudo. De acordo com o autor, a psicanálise também adentrou ao tema, contribuindo para uma melhor compreensão dele, seja na figura do próprio Freud ao estabelecer a ideia de consciente e inconsciente, ou de seguidores como

Jung, e os argentinos Bleger e Pichon. Estes dois últimos já incorporando uma visão marxista às ideias freudianas. Entretanto, as perspectivas soviéticas ainda tinham como característica uma visão mecanicista do marxismo, característica de época; e a psicanálise argentina sofria fortes influências lacanianas, o que para Gonzalez

Rey (2002) limitou a compreensão da subjetividade. Segundo o autor, enquanto os soviéticos viesaram pelos determinismos sociais, os psicanalistas vinham a subjetividade enquanto uma dinâmica intrapsíquica.

A subjetividade, neste tópico, será aqui analisada sob a perspectiva da psicologia social latino-americana, relacionado este conceito com outras categorias que, sem seu entendimento, tornaria inviável a compreensão dela. Neste sentido, é tratada através de quatro importantes conceitos que se inter-relacionam, sendo eles: sentido, emoções, necessidade e motivo, sob a ótica de autores como Gonzalez Rey, Ana Bock e Silvia Lane.

Estes conceitos estão imbricados na concepção de homem histórico-cultural, produto e produtor de sua realidade social, interseccionando sua história e a da sociedade na qual ele está inserido. Nessa concepção, o sujeito nasce e, pelo trabalho, produz o mundo material que o humaniza, assim as características humanas são resgatadas da materialidade, que, por sua vez foi produzida e humanizada na ação do sujeito (BOCK, 2002; 2004). Nas palavras da própria autora: “Os homens tornam-se, nesta abordagem, criadores de suas criaturas, pois são eles que constroem o mundo material que cristaliza suas habilidades desenvolvidas com a própria ação sobre o mundo” (BOCK, 2004, p.30). Sujeito/sociedade, subjetividade/objetividade são, assim, indissociáveis, ou seja, estão contidos uns nos outros de forma permanente, em uma relação dialética (LANE, 1994; BOCK, 2002, 2004, 2009; GONZALEZ REY, 2005). Esta última determina a contradição como parte constitutiva de todas as coisas. Isso quer dizer que as unidades de contrários inseparáveis que determinarão as transformações expressas em tudo (GONÇALVES, 2002).

A subjetividade nessa perspectiva aparece sob a lógica da superação da dicotomia entre objetivo e subjetivo, que caracteriza a psicologia tradicional, enfatizando que estes dois âmbitos estão em inter-relação sem se diluírem um no

outro. O homem se constrói pela sua relação com a realidade objetiva, que é histórica e cultural, ao mesmo tempo em que atua sobre ela, subjetivando-a (LANE, 1994; AGUIAR *et al*, 2009). Nesse processo, revela, nas suas ações, a ideologia, a historicidade as relações sociais e o modo de produção (GONÇALVES, 2002; AGUIAR E OZELLA, 2013).

Essa concepção aponta para uma visão de homem produzido na e pela atividade, enquanto atua no mundo material e revela sua forma humana de existência (OZELLA E AGUIAR, 2008). Assim, subjetividade não se reduz ao psicológico, sendo ao mesmo tempo individual e social. Daí a sua complexidade, já que envolve fenômenos históricos, sociais, econômicos, culturais e processos individuais.

De forma resumida, o conjunto de ideias do sujeito, que por sua vez conduzem suas ações, reflete a realidade do seu momento histórico e o modo de produção no qual ele está inserido.

Para uma melhor explanação do conceito de subjetividade nessa perspectiva, Gonzalez Rey (2005, 2011) divide-a em subjetividade individual e subjetividade social. A primeira está relacionada ao sujeito concreto e suas formas psicológicas de funcionamento, atrelando a história de vida pessoal deste e sua relação com o meio. Ela corrobora com a ideia de que a subjetividade não é uma mera reprodução do mundo social (TACCA E GONZALEZ REY, 2008), é ela que diferencia o indivíduo, tornando-o único.

A segunda traz a ideia da cultura enquanto uma estrutura subjetiva produtora de subjetividades. Em outras palavras, a forma pela qual a subjetividade é gerada a partir do sistema cultural e se apresenta no nível social, não sendo nem externa e nem unicamente interna ao sujeito, já que ele a contém e faz parte dela. Segundo o próprio autor: “o indivíduo para subjetividade social é constituinte e constituído, os processos sociais deixam de ser externos ao indivíduo” (GONZALEZ REY, 2005, p.202). Nesse sentido, as instituições, como por exemplo a escola, passa a ser vista como portadora de uma dimensão subjetiva.

Vê-se que tanto a subjetividade individual quanto a social estão imbricadas, já que a individual se dá numa história de vida que se insere dentro de um contexto

sócio-histórico mais amplo. Em contrapartida, a subjetividade social não existe sem o indivíduo que a reconfigura através de sua singularidade, diluindo-se uma na outra. É na unidade da confrontação entre subjetividade individual e subjetividade social que se configuram os sentidos subjetivos (GONZALEZ REY, 2005, 2011), conceito que será que será tratado no próximo tópico.

2.1.4. Sentido Subjetivo: a Ideia Chave Para a Subjetividade

Arelado ao conceito de subjetividade tem-se a categoria sentido, construída por Vigotski e reelaborada por Gonzalez Rey, sob o conceito de sentido subjetivo, a qual foi amplamente utilizada por autores da psicologia social latino-americana (GONZALEZ REY, 2005, 2006, 2007, 2011; TACCA E REY, 2008; AGUIAR *et al*, 2009). Inter-relacionado ao significado, o sentido, ou sentido subjetivo está vinculado à ideia de uma construção abstrata do real, relacionando a dialética objetividade subjetividade nesse processo (AGUIAR *et al*, 2009).

Gonzalez Rey (2005) define sentido subjetivo como um processo simbólico e emocional resultado da experiência do sujeito, onde há uma interação desses processos atuais a anteriores e que vão definir a relação subjetiva do indivíduo com todas as coisas. Essa definição demonstra uma forte orientação na singularidade, de acordo com o próprio autor. Adiante nesse capítulo terá uma melhor explanação sobre o termo sentido subjetivo, é necessário previamente adentrar aos termos signo, significado e sentido, para uma melhor compreensão daquele.

O indivíduo ao agir no social, pela atividade, transforma o mundo externo e a si mesmo - produção cultural, social e pessoal-, convertendo o mundo social em psicológico, processo que é mediado pela linguagem e, portanto pelos signos (AGUIAR E OZELLA, 2012). O signo é exatamente o mundo exterior na consciência do homem e é revelado através da fala. Estes autores afirmam que a palavra expressa pelo sujeito passa por dois constituintes, o significado e o sentido.

O significado, constitutivo da atividade humana, são conteúdos instituídos, generalizados na medida em que o homem os apreende pela sua subjetividade, utilizados para facilitar a comunicação das experiências pessoais, unindo

pensamento e linguagem. São, portanto, mais rígidos, revelando uma produção historicizada da realidade (AGUIAR E OZELLA, 2012)

O sentido faz parte da zona mais instável e profunda do significado e revela a experiência do sujeito com o mundo, através da apropriação psicológica perante uma realidade. Ela revela o sujeito ou ainda, “a singularidade historicamente construída” (GONZALEZ REY, 2005, p. 305). Santos (2010) traz uma importante contribuição sobre sentido e significado. Segundo ele, a produção do sentido se dá na interpretação que o indivíduo faz dos significados, integrando-os a sua história e sua afetividade, são, portanto mais amplos já que traz consigo os significados. É, então, nessa integração entre valores sociais e vivência emocional que surge a singularidade do sentido (SANTOS, 2010).

O sentido subjetivo, como denomina Gonzalez Rey (2005), é posto como uma categoria chave para se entender o psiquismo (GONZALEZ REY, 2005; AGUIAR *et al*, 2009), atrelando a ele categorias como necessidade, emoções e motivos que, ainda que inseparáveis, podem ser explicadas a parte.

A necessidade é um estado de mobilização a partir da carência do sujeito, constituído a partir da sua relação histórica com o mundo. Ela tem as emoções como um de seus constituintes e ocorre de modo não intencional, ou seja, as experiências nem sempre significadas (AGUIAR *et al*, 2009; AGUIAR E OZELLA, 2012). Já as emoções é uma categoria ligada diretamente à capacidade do sujeito de movimentar para realizar uma ação, apresentando o quanto subjetivamente, consciente ou não, o sujeito está disponível para tal atividade, conforme aponta Gonzalez Rey (2005). Por fim, os motivos demarcam a estabilidade das necessidades no sujeito, orientando suas atividades de forma mais incisiva (GONZALEZ REY, 2005). Nessa trama entre necessidades, emoções e motivos que o sentido subjetivo e, por sua vez, a subjetividade emerge, mas o comportamento só terá uma direção se algo for significado, no mundo social, como passível de satisfazê-lo (AGUIAR E OZELLA, 2012):

Os sentidos se constituem nessas relações, nesse movimento de sermos afetados afetiva e cognitivamente, de nos mobilizarmos, constituirmos necessidades, vontade e, finalmente, encontrarmos/significarmos algo que nos satisfaça e, portanto, nos motive (AGUIAR *et al*, 2009, p.67).

As diferentes formas que o sujeito se colocará em um determinado contexto estão relacionadas ao sentido subjetivo dado às experiências em outros momentos e outras esferas da vida dele. Isso ocorre através da evocação de imagens que podem estar ligadas direta ou indiretamente à experiência atual e delas fazem surgir emoções que, por sua vez, evocam novas imagens, e assim sucessivamente, simbólico e emocional estão, neste caso, interligados (GONZALEZ REY, 2005, 2006 e 2011). É o sentido subjetivo da complexa trama de vivências desse indivíduo que vai delimitar sua conduta e seus sentimentos nesse espaço. “Todo comportamento concreto do sujeito em determinado espaço social é inseparável dos sentidos procedentes de outros espaços sociais” (p. 196). Esse processo só terá fundamentação se intercalado com a história social desse sujeito.

Uma fonte de produção de sentidos subjetivos compõe o que Gonzalez Rey, (2006) chama de configuração subjetiva. Este se expressa na relação do sujeito com o mundo social a partir dos seus sentidos subjetivos já configurados anteriormente, formando-se uma nova síntese. A configuração subjetiva representa uma unidade que conserva os sentidos subjetivos que estão além da consciência do sujeito e se apresentam na sua ação (GONZALEZ REY, 2011).

Um relacionamento amoroso não existe na sequência de atos e situações objetivas vividos de forma conjunta, mas como uma configuração subjetiva através de qual tomam vida na relação do casal sentidos subjetivos que respondem a desdobramentos biográficos, cada um deles emergindo, conjuntamente, nas situações do relacionamento e se integrando a expressões que parecem ser o resultado do aqui e agora da relação. (GONZALEZ REY, 2011, p. 35).

Assim, não é o relacionamento propriamente dito que determina a experiência amorosa desse sujeito, mas as configurações subjetivas do indivíduo que o vivencia. Diferente dos sentidos subjetivos que apresentam conteúdos variáveis e até contraditórios, as configurações subjetivas dão a subjetividade seu caráter de estabilidade (GONZALEZ REY, 2010).

A natureza não racional da subjetividade é outro ponto explorado pelo autor. Ainda que as reflexões façam parte desse processo, elas vão originar novas configurações subjetivas que a racionalidade acabará por não dar conta de explicar

a motivação para determinada relação do sujeito com seu ambiente (GONZALEZ REY, 2011).

2.2. A Perspectiva Social do Campo

Este tópico destina-se a realizar uma exposição sobre algumas questões vinculadas ao campo, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais presentes nessa realidade.

Carneiro (2008) aponta que há diferentes correntes de pensamento sobre o estudo do campo. Uma delas, criticada pela autora, parte do pressuposto de que as diferenças entre o rural e o urbano tenderiam a desaparecer como resultado do processo de urbanização. Contrariando essa perspectiva, Carneiro (2008) diz que há uma complexa rede de atores sociais que não podem mais serem compreendidos de forma reducionista, através da ótica de um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade. Nesse mesmo sentido, Wanderley (2010) afirma que uma maior vinculação do rural com o urbano não está atrelado, necessariamente, com um enfraquecimento do rural.

Outra perspectiva de pensamento, corroborada por Sauer (2010), aborda a permanência das diferenças sociais e modos de vida, determinados pelos diferentes contextos. Neste caso, o desenvolvimento industrial nas cidades e dos limites impostos pela realidade campestre, levaria à constituição de novas ruralidades. Um exemplo disso seriam as modificações no cenário rural, marcadamente nas novas dinâmicas de trabalho, nem sempre agrícolas, mas que ainda assim, diferencia-se da realidade urbana. Entretanto, chama-se atenção para o risco de se cair na dualidade rural x urbana, caracterizando a primeira como um local de pouca modificação antrópica e a segunda de muita (CARNEIRO, 2008).

A saída que a autora elaborou para demarcação do que é rural e o que é urbano, sem se correr riscos de colocar as duas realidades como indistintas ou como completamente opostas, é a de compreender, a partir dos próprios atores sociais, como eles compreendem essas diferenças. O que é o rural para o público que vive no campo? O que é urbano para eles? Para, através desses

questionamentos, apresentar essas realidades. De acordo com Carneiro (2008): “O sentido operacional dessas categorias estaria justamente na sua utilização pelos atores sociais para classificar o mundo e a si próprios (p.31)”. Assim o rural adquire significado distinto de acordo com essas classificações.

Essas reflexões reforçam a importância dos estudos desses distintos contextos a partir da visão dos próprios atores locais.

Stropasolas (2002) afirma que essas mudanças no espaço rural, estão atreladas a fatores externos, como o processo de desenvolvimento industrial e a integração à sociedade urbana, mas também internos, advindas das novas formas de socialização, como a incorporação de novas tecnologias de informação (informática), transportes, novos meios de produção, em consequência da globalização. Nesse sentido, o autor chama atenção para a necessidade de revalorização do espaço natural e agrícola no campo, aspecto já em construção em países como a França- “renascimento rural” (p.48)-mas ainda rudimentares no Brasil.

Segundo Wanderley (2000) *apud* Stropasolas (2002), outra faceta desse renascimento rural, visto principalmente na Europa, está atrelada ao aumento das atividades não-agrícolas (pluriatividade). Isso culmina em uma diversidade de perfis sociais, onde o povoamento do campo deixa de ser atrelado à terra, mas as novas dinâmicas sociais advindas das novas formas de trabalho reforçam o interesse dos jovens em permanecer nesses espaços. Além disso, as atividades não-agrícolas auxiliam a renda familiar, se apresentando como uma estratégia para facilitar a vida no campo. Essa pluralidade de atividades, segundo Stropasolas (2006), pode também se apresentar como um atrativo para profissionais liberais, vindos da cidade, com intuito de oferecer serviços não ofertados até então, no espaço rural.

O incremento dessas atividades, segundo Wanderley (2010), tem importância por conta de três fatores. O primeiro deles está relacionado à complexidade na sucessão da terra. Geralmente as famílias do campo são numerosas, e aos filhos que não forem delegados o direito à terra, resta buscar novas alternativas profissionais. Ainda nessa mesma pauta, há também a demora dos pais para

transferir a herança aos filhos- atraso para o abandono da terra-, o que obriga os jovens a se inserirem no mercado de trabalho. O segundo elemento que a autora aponta como fundamental, reforça as reflexões de Stropasolas (2006), já discutidas. Ele está atrelado à busca de melhoria na renda através de outras atividades, o que ajuda a sustentar também a economia agrícola. Por último, o terceiro elemento, a ampliação da atividade não-agrícola pode favorecer a valorização dos produtos agrícolas, que terão maior venda e maior diversidade de produção.

O entrave para a agricultura não está, então, na ampliação dessas atividades não agrícolas, segundo Wanderley (2010) é a escassez ou até mesmo a ausência delas, como em algumas realidades campestres, que enfraquece a dinâmica local.

Ao encontro com as idéias sobre a diminuição do agrário no rural, Albuquerque (2002) chama atenção para a necessidade de se pensar em políticas públicas que não atendam exclusivamente ao trabalho com a terra, fato que nem sempre é levado em conta pelas esferas administrativas. Segundo o autor, todo investimento tecnológico no trabalho agrário e os avanços advindos dessas iniciativas, não tiveram relação com o melhoramento da realidade do campo, já que esse progresso atendeu principalmente às grandes propriedades rurais.

Apesar da diversificação do trabalho no campo, conforme já citado, ainda é grande a diferença entre urbano e rural no que diz respeito à possibilidade de acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais. Neste caso, no campo é visível as limitações das políticas públicas que visam favorecer o acesso a estes elementos, questão que é reforçada pelos espaços vazios, provenientes da grande propriedade rural (STROPASOLAS, 2002). De acordo com o autor: “para perceber a significação deste processo, basta considerar a dimensão das áreas improdutivas, associada à quantidade de trabalhadores agrícolas, antes residentes nas grandes fazendas, que foram expulsos do campo nas últimas décadas” (p.50). Para Wanderley (2010), houve grande investimento em bens socialmente necessários, como rede elétrica, transporte e saúde, entre outros, entretanto a qualidade destes serviços além de não uniforme em todas as áreas rurais, ainda são insuficientes.

Analisando essas desigualdades campo/cidade, Wanderley (2010) aponta a pobreza rural como um fato alarmante. De acordo com a autora, partindo-se da perspectiva de vulnerabilidade implementada pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quase metade da população do campo se enquadra no nível de pobreza, ainda que os recentes programas de transferência de renda tenham minimizado esse fato. Se a classificação da pobreza considerar bens essenciais para sobrevivência, conforme o método proposto por Kageyama e Hoffmann (2006), reforça-se a ideia de que a pobreza concentra-se principalmente no campo.

Adentrando essa discussão sobre as dificuldades sociais no campo, destaca-se as desigualdades de gênero nesse espaço. Conforme já descrito o caso da subalternação das mulheres jovens neste trabalho, Buarque (2005) afirma que há uma hierarquização das relações homem x mulher no mundo rural. As mulheres, ainda que executem as mesmas atividades laborais que os homens, tem a mão de obra desvalorizada, sendo que, à maioria delas é delegado o trabalho doméstico não remunerado, considerado mais leve. Assim, acumula-se o trabalho na agricultura ou em outros setores com o trabalho doméstico.

Brumer (2004) e Silva (2009) falam das limitações no acesso à terra e relações de gênero. De acordo com Carneiro (2001) *apud* Silva (2009), ao delegar ao homem a responsabilidade pela família, retira-se da mulher a possibilidade de direito na sucessão da terra. Assim, coloca-se a mulher na condição de dependente da figura masculina, mesmo que seja a do filho, reforçando sua subalternação e um acentuado desejo de saída do campo (BRUMER, 2004). A mulher se vê em:

uma posição subordinada na estrutura familiar - evidenciada na distribuição das atividades nas esferas de produção e de reprodução, do poder e do acesso à propriedade da terra -, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens (BRUMER, 2004)

Não é por acaso que o crescente número de homens celibatários no espaço campestre se apresenta como um problema social que também interfere no desejo na trama da migração para a cidade (BRUMER, 2004 e 2007; CASTRO, 2009).

De forma resumida, pode-se referir às questões sociais do campo pautadas em velhas e novas questões. Por um lado ainda prevalece os espaços vazios e o latifúndio que, dificulta a melhoria de vida da população rural ao limitar o acesso à terra e, conseqüentemente aos bens e serviços necessários para uma vida digna. Mantendo a pobreza no campo. Somado a isso tem-se a questão da hierarquização das relações de gênero, pautadas na desvalorização da mulher.

Por outro lado, as novas questões referem-se ao surgimento de um novo rural com o incremento da pluriatividade, constituindo novas relações sociais e novos modos de vida, minimizando as diferenças rural/urbano. Há ainda o incremento de políticas públicas, apesar de ainda distribuídas de forma desigual nos diferentes espaços, favorecem uma melhoria de vida para a população do campo.

Estas questões relativas aos aspectos sociais do campo repercutem na lógica estrutural da juventude do campo, ela serviram de base para discussão referente a este público. O capítulo a seguir objetiva apresentar os caminhos metodológicos da presente pesquisa.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

A metodologia é composta pela Caracterização da Pesquisa, que descreve o caminho metodológico da Epistemologia Qualitativa; Local do Estudo; Sujeitos da Pesquisa; Instrumentos da Pesquisa; Considerações Éticas; e Análise das Informações.

3.1. Caracterização da Pesquisa

Os caminhos metodológicos da presente pesquisa estão fundamentados na perspectiva da Epistemologia Qualitativa (GONZALEZ REY, 2011). Essa propõe um rompimento com a ideia de conhecimento como algo linear levando a um resultado único, para priorizar a existência de múltiplas possibilidades de entendimento para um mesmo objeto de pesquisa.

De acordo com o autor, esse modelo epistemológico demarca, basicamente, três princípios: o conhecimento como uma produção construtiva-interpretativa, que quer dizer que a interpretação faz parte do processo da pesquisa e o pesquisador assume papel ativo, dando sentido às expressões do indivíduo estudado; o caráter interativo do processo de produção do conhecimento, pois a relação pesquisador/pesquisado é tida como condição fundamental na produção do conhecimento; e o foco na singularidade, o que quer dizer a legitimação da qualidade da expressão do sujeito e não a quantidade. Esses aspectos são fundamentais no estudo da subjetividade.

Esse modelo qualitativo não prevê hipóteses a priori, mas essas vão surgindo a partir da construção de indicadores, que por sua vez, são interpretados pelo pesquisador e ganham sentido no decorrer da pesquisa (GONZALES REY, 2011; CUNHA 2013). Na tentativa de definir o que é um indicador Gonzalez Rey (2011) afirma que:

é uma construção capaz de gerar um significado pela reação que o pesquisador estabelece entre um conjunto de elementos que, no contexto do sujeito estudado, permitem formular uma hipótese que não guarda relação direta com o conteúdo explícito de nenhum dos elementos tomados em separado (p.113).

Assim são produzidos durante o processo da pesquisa, sem se desconsiderar a relação entre pesquisador, informações dadas pelo pesquisado e o seu contexto.

Segundo Marques (2010), os indicadores podem ser diretos, indiretos ou não relevantes. Os diretos contém possibilidade verdadeira de sentido subjetivo, os indiretos são os que exigem o auxílio de outros instrumentos para complementar, já nos não relevantes há uma ausência de subjetividade.

É a partir dos indicadores que se constroem as categorias que vão culminar na elaboração das zonas de sentido ou núcleos de sentidos, que são uma junção de sentidos reunidos por semelhanças e afinidades (MARQUES, 2010; GONZALEZ REY, 2011; CUNHA 2013).

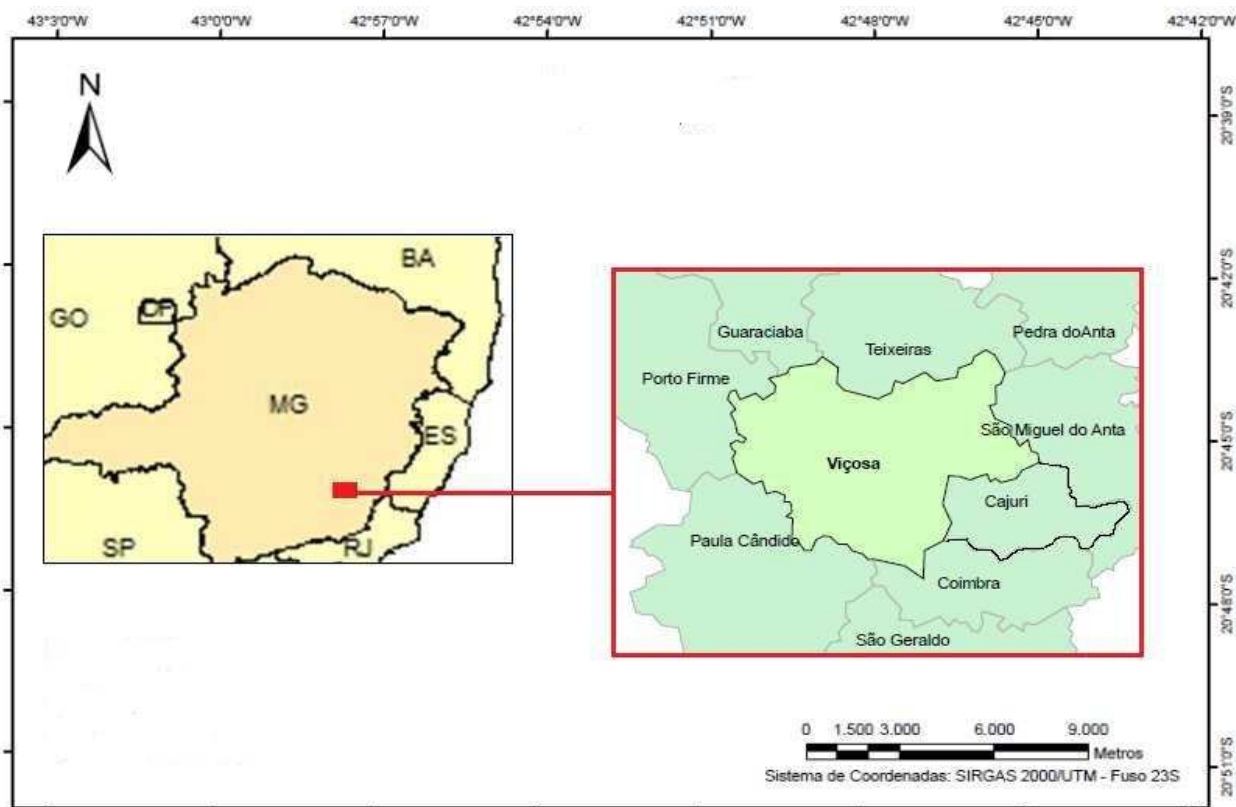
Entendemos que essa abordagem teórica adéqua-se à proposta do presente estudo por viabilizar recursos que possibilitam construir o conhecimento sobre um determinado tema de forma qualificada. Isso favorece compreensão das concepções que os jovens possuem sobre o que é viver a juventude no campo, presente na subjetividade dos mesmos

3.2. Local do Estudo

O estudo foi realizado no município de Cajuri-MG. O distrito foi criado em 17 de Dezembro de 1938 e, na época, pertencia a Viçosa-MG. Somente em 30 de Dezembro de 1962 que Cajuri foi politicamente emancipado.

A cidade possui um distrito, o Paraguai. A população total é de 4.047 habitantes, sendo 51,8% urbana e 48,2% rural. Estima-se que possui 500 jovens e 240 deles vivem no campo (CENSO, 2010). A escolha da cidade se deu pela experiência de trabalho prévio do pesquisador, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com o público local.

Quadro1- Mapa de localização de Cajuri-MG



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/296994826_fig1_Figura-1-Mapa-de-localizacao-de-Vicosa-MG (modificada pelo autor).

3.3. Sujeitos da Pesquisa

O público-alvo foram jovens residentes na zona rural de Cajuri-MG, que cursam ensino médio na cidade sede. A faixa etária dos jovens participantes foi considerada de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), que preconiza a juventude entre a faixa etária dos 15 aos 29 anos, totalizando 11 participantes. O contato foi realizado através da escola e do CRAS, nos encontros das oficinas de fortalecimento de vínculo da instituição.

Foram selecionados, para o grupo focal, 11 participantes, respeitando o número médio (10 a 15) apontado por Trad (2009) para um bom funcionamento deste tipo de atividade. Dos 11 participantes, somente 8 puderam participar das etapas seguintes, entrevista e mapas afetivos, sendo todos eles entrevistados. Assim, 11 participantes do grupo focal, destes, 8 participaram da

entrevista e mapas afetivos, sendo 6 do sexo feminino (75%) e 2 do masculino (25%), todos em idade entre 15 e 17 anos. Apenas um dos participantes é da Zona rural 2, todos outros são da Zona rural 1².

Quanto ao grau de escolarização, todos os jovens cursavam o ensino médio e nenhum dos pais possuía formação superior. Somente dois jovens (um homem e uma mulher) estavam exercendo atividade remunerada, porém sem carteira de trabalho assinada, enquanto que, os outros seis realizavam atividades domésticas. Um deles já havia trabalhado, mas estava em situação de desemprego. Dois dos participantes já trabalharam na agricultura, houve um relato de trabalho aos oito anos de idade na colheita do café.

A renda média familiar é de um salário mínimo, sendo que o limite superior foi de três salários mínimos (R\$ 2.811) e o inferior de pouco menos que um quarto de salário (R\$ 200). Este último caso, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, coloca a família em condição de extrema pobreza, definida como toda família que possui renda *per capita* abaixo de um quarto de salário (MDS, 2014).

Somente três de seus responsáveis (pai) exerciam atividade na agricultura, dos restantes, dois eram funcionários públicos concursados e os outros três trabalhavam informalmente.

Todos os participantes eram solteiros, moravam com os pais e nenhum deles possuía filhos. Quanto à constituição familiar, somente um deles não apontou o pai com presença no domicílio, enquanto que os outros 7 citaram pai, mãe e irmãos.

O quadro a seguir mostra o resumo das informações sobre os participantes³ da pesquisa:

²Nomes fictícios utilizados para as duas comunidades rurais que fazem parte de Cajuri-MG

³ Por questões éticas, os nomes utilizados para os sujeitos da pesquisa são fictícios.

Quadro 2- Dados dos sujeitos da pesquisa

Participante	Idade	Local	Pais trabalham na agricultura	Exerce atividade remunerada
Pedro	15 anos	Zona rural 1	Não	Não
Livia	16 anos	Zona rural 1	Não	Não
Fábio	15 anos	Zona rural 1	Sim	Sim
Luisa	17 anos	Zona rural 1	Não	Não
Marla	16 anos	Zona rural 1	Não	Sim, mas estava desempregada
Lorena	17 anos	Zona rural 2	Sim	Sim
Cintia	16 anos	Zona rural 1	Não	Não
Marcela	17 anos	Zona rural 1	Sim	Não

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

3.4. Instrumentos da Pesquisa

A pesquisa foi dividida, em duas fases, a primeira objetivou obter informações sobre plano compartilhado dos jovens do campo, e a segunda o plano singular (sentidos subjetivos). Assim, o grupo focal foi o instrumento utilizado para obtenção das informações na primeira etapa, enquanto que as entrevistas e os mapas afetivos, a segunda.

A entrevista e a aplicação do instrumento gerador dos mapas afetivos foram realizados na mesma oportunidade, durante os encontros individuais, enquanto que o grupo focal em um momento distinto, já que é uma atividade coletiva.

Etapa 1: Grupo Focal

Para Gatti (2005), o grupo focal pode ser definido como um conjunto de indivíduos com características em comum (que vão depender do objetivo da pesquisa), selecionados para comentarem sobre determinado tema, a fim de que se

apreenda significados, sentimentos, atitudes e conceitos sobre tal. Isso dá suporte para a compreensão de como esse grupo constrói sua realidade.

Segundo a autora, o processo deve ser conduzido por questões que contemplem o problema da pesquisa e o pesquisador deve eliminar interferências e julgamentos com o intuito de favorecer que transcorra o diálogo entre os participantes. Gatti (2005) afirma que o local da reunião deverá ser adequado e os participantes deverão sentar-se em círculo, em um modelo de conversa face a face.

O grupo focal simula as conversas da vida cotidiana (grandes transmissoras das visões compartilhadas), e nesse sentido, fazem surgir conteúdos vinculados às percepções grupais sobre um determinado objeto (GATTI, 1998).

A duração deve variar de uma hora e meia a três horas e o pesquisador poderá utilizar algum recurso que facilite a discussão do tema, como por exemplo, cartões com frases sobre o tema. A autora ainda afirma que o pesquisador deverá registrar por meio de gravações em vídeo e ainda fazer anotações, para posterior análise do conteúdo (GATTI, 1998).

No presente estudo, os encontros para o grupo focal foram realizados na escola estadual no município de Cajuri, com a devida autorização do responsável pela instituição. Realizou-se uma reunião com 11 participantes, que foi filmada e transcrita para análise, com o consentimento de todos os participantes.

Os recursos que orientaram a comunicação foram duas figuras do Chico Bento (Apêndice C), personagem de Maurício de Sousa que retrata um caipira do interior de São Paulo (SOUSA, 2002). Em uma delas há a imagem de Chico Bento, o desenho clássico do personagem em seu local de origem, descalço, com chapéu de palha e com uma calça curta. Já na outra, mostra o personagem jovem, quando o mesmo se insere nos estudos em uma universidade, trajando roupas tipicamente utilizadas por jovens.

Outro recurso utilizado foi uma passagem da revista em quadrinhos que simboliza a relação de Chico Bento na república estudantil em que foi residir para seus estudos (Apêndice C). Nela, o personagem reage negativamente à música do seu colega de república, e é criticado por fazer uma analogia entre o nome do estilo musical (*metal*) a objetos do seu cotidiano no campo.

Esses recursos foram escolhidos com intuito de favorecer o debate dos jovens sobre a forma como o campo as vezes é caracterizado no senso comum e da imagem que se faz da juventude campestre e da citadina. A questão que conduziu a discussão sobre as imagens foram: quais as impressões que vocês tem sobre a figura e o quadrinho? Qual delas representa o jovem do campo? As demais questões referentes ao grupo focal estão descritas no apêndice D.

Etapa 2: Entrevista semi estruturada e instrumento gerador dos mapas afetivos

A entrevista semi-estruturada, segundo Minayo (2004), é um modelo de interação social na qual o entrevistador tem por objetivo recolher informações do entrevistado, através de uma conversa amparada por um conjunto de questões (abertas e/ou fechadas). Ela dá suporte para identificação dos sujeitos pesquisados, com informações sobre idade, sexo e local onde mora. Servirá ainda para evocar questionamentos sobre a visão que o indivíduo possui do seu local de origem; sua relação com o local de estudo ou trabalho; suas sensações sobre ser ou não excluído pelo grupo de jovens de cidade; dentre outras perguntas que darão apoio para a pesquisa (Roteiro de entrevista – Apêndice A). As entrevistas foram individuais, áudio gravadas e transcritas para análise, com a devida autorização dos participantes.

Na mesma oportunidade da realização da entrevista, foi aplicado, individualmente, o instrumento gerador dos mapas afetivos (Apêndice B). Ele consiste em um recurso de coleta de informações que surgiram a partir dos mapas cognitivos, do norte americano Kevin Lynch e foi reformulado por Zulmira Bomfim, tendo por base a Teoria das Representações Sociais de Moscovici e da psicologia histórico-cultural de Vigotski (ALENCAR, 2010). Este instrumento dá suporte para apreensão de sentimentos do sujeito sobre determinado local, no processo interativo. Nele, através de desenhos, metáforas e palavras, busca-se revelar as emoções e, por sua vez, os sentidos e significados da relação do sujeito com seu ambiente, conforme aponta Alencar (2010).

De forma geral, eles são aplicados em grupo ou individualmente e possuem como elementos: o desenho, significado do desenho, sentimentos, e palavras sínteses, analisados através de categorias da escala Likert (FURLANI E BOMFIM,

2010). Os passos para sua aplicação são os seguintes: pede-se para que o sujeito faça um desenho de como vê e sente em determinado local; após o desenho, solicita-se que o indivíduo explique o que acabou de desenhar; logo após, ele deverá descrever os sentimentos que o desenho fez surgir para, em seguida, fazer uma síntese destes sentimentos em seis palavras; por fim utiliza-se a escala Likert para categorizar esses sentimentos (ALENCAR, 2010; FURLANI E BOMFIM, 2010).

A escala Likert permite respostas favoráveis e desfavoráveis sobre um determinado local, contendo, assim, sentimentos (afeições) e representações sobre ele. As respostas são categorizadas de acordo com tais sensações: Agradabilidade, Pertença, Insegurança e Contraste (ALENCAR, 2010).

Através desse instrumento são gerados os mapas afetivos, segundo Alencar (2010), Bomfim elaborou categorias que os constitui, dispostas em um quadro que, juntamente com o desenho, o irá compor.

Quadro3- Mapas Afetivos

Identificação	Estrutura	Significado	Qualidade	Sentimento	Metáfora	Sentido
Nº: Sexo: Idade: Escolaridade: Cidade: Tempo de residência (quando não originário).	*Mapa cognitivo de Lynch: desenho de monumentos, caminhos, limites, confluências e bairros. *Metafórico: desenho que expressa, por analogia, o sentimento ou o estado de ânimo do respondente	Explicação do respondente sobre o desenho.	Atributos do desenho e da cidade, apontados pelo respondente.	Expressão afetiva do respondente ao desenho e à cidade.	Comparação da cidade com algo pelo respondente, que tem como função a elaboração de metáforas.	Interpretação dada pelo investigador à articulação de sentidos entre as metáforas da cidade e as outras dimensões atribuídas pelo respondente (qualidade e sentimentos).

Fonte: Elaborado por Bomfim (2003), *apud* Alencar (2010)

Segundo Alencar (2010) e Furlani e Bomfim (2010), o sentido é a única categoria que é interpretada pelo autor a partir de todo conteúdo do questionário, as

demais categorias são as respostas fiéis, sintetizadas, dadas pelos participantes. A categoria estrutura é estabelecida pelo desenho, podendo ser uma representação concreta (cognitiva) ou através de uma metáfora (KELVIN LINCH, 1997 *apud* ALENCAR, 2010).

Através dos mapas afetivos busca-se compreender os sentimentos dos pesquisados com relação ao seu local de pertencimento, o que favoreceu uma reflexão sobre a forma pela qual eles se representam e relacionam com outras culturas.

3.5. Considerações Éticas

A coleta de informações teve início após a avaliação positiva do Comitê de Ética em Pesquisa da UFV - Universidade Federal de Viçosa. Conforme exigido pelas normas e critérios em pesquisa com seres humanos, foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice F) e de Assentimento (Apêndice G) em acordo com a Resolução CNS n.º 466/12, entregue aos participantes da pesquisa e aos seus pais, nos caso de jovens menores de 18 anos de idade. Foi elaborado também um Termo de Autorização (Apêndice E) para que a instituição escolar, na qual ocorreu a pesquisa, pudesse autorizá-la. Os sujeitos podiam optar por suspender a participação caso fosse da vontade deles.

3.6. Análise das Informações

A análise das informações também foi realizada em duas etapas: a do grupo focal e a das entrevistas e mapas afetivos.

As informações do grupo focal foram analisadas através da Análise de Conteúdo Temática, de Bardin (2004). De acordo com a autora, esse procedimento consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (p.41)

Assim, foi realizada uma leitura flutuante do conteúdo e selecionados os itens pertinentes para o tema, o que consiste na etapa da pré-análise; em seguida agregou-se os conteúdos selecionados por temas afins, chama-se essa fase de exploração do material; por fim, a interpretativa que tem por objetivo categorizar o conteúdo para se tornar dados significativos. Isso quer dizer ir além da leitura literal e compreender os sentidos das mensagens, considerando também os não ditos e o contexto no qual o sujeito elaborou seu discurso (BARDIN, 2004). A categorização é uma espécie de classificação, por diferenciação e analogias, dos conteúdos, levando-se em consideração os critérios relacionados ao tema da pesquisa. É ela que facilitará, através de estudo qualitativo, a compreensão das mensagens e discursos coletados (BARDIN, 2004).

Entende-se que análise de conteúdo proposta por Gonzalez Rey (2011) na perspectiva da epistemologia qualitativa, critica o excesso de busca de objetividade e ausência de informações singulares, presentes na análise de conteúdo tradicional, entretanto fez-se necessário utilizá-la para uma melhor explanação das informações sobre a visão coletiva dos jovens do campo.

Na etapa seguinte foram selecionados três casos para análise do plano do singular, levando-se em consideração uma maior contribuição de sentidos em suas informações para o tema estudado.

Ela consistiu, então, em analisar as informações das entrevistas e mapas afetivos, através da análise de conteúdo pautada em um processo construtivo-interpretativo (GONZALEZ REY, 2011). Sobre esse modelo de análise, Marques (2010) descreve as seguintes etapas: audição e leitura do material; demarcação de ênfases emocionais e temáticas; reconhecimento de indicadores de sentidos (diretos, indiretos e não relevantes); e por último, agrupamento dos indicadores em zonas de sentidos.

CAPÍTULO 4

O PLANO DO COMPATILHAMENTO: A PERCEPÇÃO DOS JOVENS DO CAMPO ACERCA DE SI MESMOS

Este capítulo demarca os resultados e discussões da percepção que os jovens do campo possuem sobre si mesmos. A partir da análise das informações foram elaboradas quatro categorias: jovem no campo e as limitações locais; juventude como período de experimentação; a ambivalência do projeto vida fora ou no campo; a desvalorização das características do campo. Elas serão discutidas a seguir.

4.1. Jovem no Campo e as Limitações Locais

Todos os participantes indicaram um avião do campo como um local limitado de serviços socialmente necessários para se viver. Desta forma, viver a juventude nessas condições, é ter que enfrentar uma série de dificuldades que incluem: falta de transporte público, de saúde pública de qualidade e lazer. Esta foi a informação mais presente nas discussões do grupo focal, mesmo para os jovens que demonstraram falas positivas em relação ao campo.

O Estatuto da Juventude (Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013), na Seção IX, aponta o direito ao território e à mobilidade, visando garantir a promoção de políticas públicas para mobilidade dos jovens. Entretanto os participantes relataram dificuldades para transitar entre campo e cidade. O único transporte público disponível é em horário escolar, o acesso à cidade em outros períodos se dá somente por meio de transporte privado, pago a preços inacessíveis para esses jovens. A queixa em relação ao transporte se dá, principalmente, diante da necessidade de estender o tempo na escola em dias de reunião para deveres em grupo ou atividades extracurriculares. É a situação relatada pela Lívia (16 anos): “Pra mim, ficar aqui, depois eu tenho que dar 30 reais pra ele me buscar”. Ainda falando dos limites do transporte público, ela explicou que nos dias chuvosos, este não chega a ir até a zona rural, devido às más condições das estradas, com

formação de lama, impossibilitando o acesso dos jovens à escola: “Quando chove a estrada lá não é muito boa, aí a gente fica sem transporte pra vir, na maioria das vezes a gente tem que dar um jeito para não perder prova”.

Essa restrição imposta pela falta de transporte circunscreve também as possibilidades de preparação para o almejado curso superior, como relata Marla, de 17 anos:

Ah tipo assim, eu moro lá na roça, eu chego da escola, eu ajudo minha mãe e fico lá, normal não vou pra lugar algum. Já na cidade, tipo assim, minha amiga de Viçosa, aí ela estuda lá no Anglo, tem que ir pra casa e depois pro cursinho agora tipo eu que moro na roça não tem como sair, ela mora lá pode ir pro cursinho sem ter que pagar transporte.

É perversa a desigualdade na concorrência entre ela e a amiga, visto as impossibilidades que enfrentaria caso resolvesse optar por essa formação complementar (cursinho), causada, dentre outros fatores, pela falta de transporte público.

Também ancorando a ideia de limitações locais, a falta de lazer esteve presente na fala dos participantes. Esse aspecto apareceu principalmente sob a queixa da falta de um local de encontro para os jovens, como uma sorveteria, praça e festas comunitárias; de acesso à internet de qualidade; ou simplesmente um local para comprar roupas. Cíntia, de 16 anos, diz que:

Jovem gosta de sair, se vocês quer sair, tem que ficar na praça, tem gente que nem gosta de ficar lá. Se quer tomar um sorvete, sair, nem comprar roupa lá tem, compra uma calça muito esquisita (...), que vende, e é o olho da cara (...) nem é loja não é.

Fábio (15 anos) falando sobre o que favoreceria a permanência dos jovens no campo, afirmou: “Lazer. Tipo assim, um lugar para juntar as pessoas, brincar, tipo socializar”. Mais adiante: “O jovem do interior tem acesso a tipo, internet, aqui tem acesso, mas não igual o jovem da cidade, lazer”.

A deficiência na saúde pública de qualidade também foi marcante nas reflexões do grupo. Não há médicos plantonistas na zona rural, e o posto de saúde

só possui médico e dentista em dois dias da semana. Não há farmácias em nenhuma das duas localidades estudadas (Zona rural 1 e Zona rural 2). A fala de Fábio (15 anos) ilustra esse fato:

Falta recurso de saúde também, tipo uma farmacinha, ou um médico que fique ali sabe, porque tipo, minha vó passou mal ontem, aí a gente não pode fazer nada, tivemos que esperar hoje pra poder levar ela pro médico, porque não tinha nenhuma farmácia, não tinha nada.

Ainda em acordo com os limites impostos para os jovens do campo, o acesso à educação foi outro fator pertinente informado pelos participantes. Cíntia (16 anos) afirma que as condições de estudos de qualidade são limitadas, segundo ela: “Na roça tudo é mais difícil, se você quiser trabalhar, estudar tem que ir pra Viçosa, se quiser estudar, ter algum conhecimento, tem que ter recurso, pra ir pra Viçosa”. A Zona rural 1 só possui uma escola e a mesma não oferece ensino médio, assim como grande parte das escolas públicas localizadas no campo.

Sobre esse assunto, Figueiro e Alvarenga (2014) apontam que há um processo de nucleação das escolas públicas no Brasil, no qual é realizada a transferência de alunos de áreas rurais para escolas longe de suas comunidades por conta do fechamento total ou parcial (algumas séries) dos sistemas de ensino no campo.

Há diversos avanços em relação às políticas de educação voltadas para o campo, resultados de pressão popular, sobretudo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, de 2004, voltado para o desenvolvimento de programas em áreas de reforma agrária; o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), aprovado em 2006, que tem por objetivo fomentar a implementação de cursos superiores de licenciatura em educação do campo; e o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, de 2012, que propõe um conjunto de iniciativas para melhoria da educação no campo, como formação de professores, infraestrutura e material didático (Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010). Apesar dessas melhorias, Figueiro e Alvarenga (2014) problematizam como o processo de nucleação se apresenta como empecilho para aplicação dessas leis. Para as autoras, as políticas

federais caminharam para uma valorização das escolas no campo, enquanto que as estaduais e municipais para o fechamento delas.

Para além da área educacional, Weisheimer (2003) apresentou pesquisas que mostram o alcance ainda restrito das políticas públicas destinadas ao jovem do campo, resultando na falta de bens sociais necessários, presente na fala dos jovens citadas anteriormente.

Da mesma maneira, Galindo (2014) discorre sobre a multiplicidade de juventudes do campo em um cenário onde há uma tendência homogeneizadora nos moldes das políticas públicas, o que dificulta seu sucesso no Brasil.

Stropasolas (2002 e 2014) também demonstra como a elaboração dessas políticas encontra limitações diante dos diversos grupos sociais de juventudes do campo, presentes no país. Segundo ele, as políticas públicas de financiamento da agricultura- por exemplo, o programa Nossa Primeira Terra (NPT), o Programa Nacional de Crédito Fundiário(PNCF)- são as de maior alcance. Entretanto há uma forte demanda por inclusão digital, espaço para a comunicação interpessoal e outros aspectos que não dizem respeito somente ao trabalho com a terra. Para o autor, o grande desafio é generalizar essas políticas a uma ideia de juventude sem se desconsiderar as especificidades regionais, atendendo tanto o grande público quanto as necessidades singulares.

Wanderley (2010) corrobora com essa discussão ao afirmar que os avanços das políticas públicas para a população do campo, no últimos anos, ainda foram insuficientes para que as diferentes realidades rurais pudessem oferecer acesso aos serviços necessários para se viver com dignidade. Reforça-se aqui as ideias de Kageyama e Hoffmann (2006) sobre como o não acesso a esses serviços caracterizam uma pobreza local, que vai além de somente uma falta de renda.

A análise desses autores, em acordo com as informações obtidas com o grupo de jovens, demonstra como os anseios dos jovens do campo são múltiplos, e vão além do desejo somente de acesso ao trabalho. Eles demandam bens necessários como saúde, transporte, lazer e acesso a informação, algo que não é contemplado satisfatoriamente na realidade deles.

4.2. Juventude como Etapa de Experimentação

Verificou-se durante o grupo focal a recorrência de uma visão dos jovens do campo sobre a juventude vinculada a uma ideia de uma etapa de experimentação. Ela foi sustentada em itens como: possibilidade de descoberta do novo e falta de responsabilidade, de maneira que os erros são aceitos socialmente.

Fábio, de 15 anos, afirma que ser jovem é: “experimentar as coisas, ter novas experiências, é errar para depois tentar acertar”. Os participantes veem a juventude como uma fase passageira, marcada por atitudes impulsivas e menos responsáveis. Como se, ao atingir essa idade, o indivíduo estivesse mais propício a fazer coisas que desagradassem aos pais, mas houvesse uma maior tolerância por parte da sociedade em aceitar os erros. A fala de Marla (16 anos) exemplifica, segundo ela, na juventude:

[...] a gente faz as coisas muito no impulso. A gente tem pouco medo de fazer as coisas, aí vai e faz, dependendo do resultado se for positivo amém, se não for a gente vai chorar vai sofrer (...) os pais acho que brigam mas sabem que é assim.

Essa maior licença para errar, se relaciona ao conceito de moratória, já descrito neste trabalho e amplamente discutido por Abramo (2008).

Esta perspectiva da juventude enquanto um período demarcado por uma falta de responsabilidade e comportamentos impulsivos, a chamada crise de identidade (ERICKSON, 1976), está atrelada à ideia biologizante de sujeito, adotado a partir de um modelo classe- média-urbana (CÉSAR, 2008). A fala de Cintia, de 16 anos, mostra a ideia de uma liberdade sem compromisso, ela diz que é uma fase de “experimentar coisas boas, gozar da vida e pronto. Pode errar”.

Percebe-se que essa visão é reproduzida pela população em geral, como no caso dos jovens estudados, sem uma problematização das diferenças históricas e socioculturais. Ela pode limitar as possibilidades distintas de se vivenciar essa fase da vida, a fim de atender às expectativas presentes no discurso do que é ser jovem. Segundo Ozella e Aguiar (2008): “os significados sociais instituídos daquilo que vem a ser adolescência penetram nas subjetividades, constituindo-as”.

Diversos autores (OZELLA, 2003; BOCK, 2004 e 2007, OZELLA e AGUIAR, 2008) trazem importantes reflexões sobre essa temática e apontam que a ideia da juventude enquanto um período predominantemente negativo, sustenta a imagem hegemônica pejorativa do jovem, submetendo-os a piores condições de inserção social, subordinados à decisão dos pais. É o caso dos resultados analisados por Costa e Ralisch (2013), em que os autores discutiram a ausência de participação dos jovens assentados, impostas pelos adultos, nos temas referentes à comunidade em que vivem, indicando uma desvalorização da opinião deles.

Ozella e Aguiar (2008), em estudos com adolescentes de classes sociais distintas obtiveram resultados semelhantes à presente pesquisa. De acordo com os autores, independente da classe social estudada, os jovens veem a adolescência como um momento marcado por comportamentos negativos, como crise, rebeldia, turbulência, etc.

É interessante notar que esses comportamentos negativos, como a limitada responsabilidade, presente na visão dos jovens do campo sobre a juventude, demarcados na ideia de “gozar a vida”, presente na fala de Cintia, algumas vezes não condizem com as possibilidades que a realidade do campo oferece a eles. É o caso de Lorena (17 anos) e Fábio (15 anos) que começaram a trabalhar na lavoura de café antes dos 10 anos, tendo que assumir atribuições concernentes com o cargo quando ainda eram crianças. A própria insuficiência dos serviços públicos, no que se refere ao lazer, por exemplo, como já citado no item anterior, implicam em uma limitação para se vivenciar a juventude conforme o modelo de jovem elaborado por eles.

As reflexões de Abramo (2008) sob o conceito de juventudes traz uma boa crítica para este debate. Segundo a autora, é importante levar em consideração as diversas trajetórias e contextos nos quais os jovens estão inseridos. Sendo assim, pode-se dizer que não há uma juventude do campo, mas juventudes, frisando as múltiplas formas pelas quais cada grupo irá experienciar essa fase.

4.3. AAmbivalência no Projeto de Vida: Fora ou no Campo

Os resultados das discussões apresentadas pelos participantes no grupo focal demonstraram uma ambivalência, dos jovens do campo, entre construir um projeto de vida no campo ou fora dele (na cidade). Essa visão está fortemente sustentada em dois aspectos: a tranquilidade do local, exemplificada na segurança dada pela família; e por outro lado, pela falta de perspectiva futura no campo, respaldada pela ideia da ascensão social através dos estudos na cidade.

Lorena, de 17 anos, falando sobre as diferenças entre o campo e a cidade, afirma: “Nunca tem um projeto de melhorar a roça, se você quer melhorar você tem de sair da roça pra ir pra cidade”. Pedro, de 15 anos, diz que: “Se você quer fazer um documento, tem que ir pra Viçosa” e mais adiante: “Na área urbana tem mais oportunidades de onde comprar, sair, trabalhar. Tudo em Viçosa é mais fácil”.

Ao encontro a estes resultados, os estudos de Alves e Dayrell (2015b) mostram como a migração ou o desejo de sair para a cidade surgem nos jovens em consequência de um ideal de vida melhor.

Por outro lado, a família foi apresentada como fator favorável à permanência desses jovens. Segundo Marcela (17 anos), ao falar sobre o desejo de sair do campo: “O que motiva é que em outra cidade vou ter um estudo melhor, oportunidade melhor e o que desmotiva é que meus pais não vão estar lá, que vou ficar longe deles”. Fábio, de 15 anos, quando diz sobre o que há de ruim na cidade: “a criminalidade é maior. A família dá segurança. Acho que só nesse ponto”.

Há ainda um aspecto pertinente a ser destacado sobre a família. Mesmo que tenha sido citada como fonte que motiva um projeto de vida no campo, ela também foi considerada pelos participantes como instituição que mais interfere na valorização dos estudos e de profissões que requerem uma formação escolar. Nesse sentido, a família reforça o desejo por projetos de vida fora do campo, que incluem uma maior formação acadêmica. A escola, assim, é vista como grande possibilidade de ascensão social.

Somente dois participantes não disseram que a família prioriza os estudos em detrimento ao trabalho, enquanto que, todos os outros, não precisavam realizar nenhum tipo atividade laboral, caso essa prejudicasse o rendimento escolar. Lívia,

16 anos, diz que “Para minha mãe, trabalhar vai atrapalhar nos estudos”. Deve-se constatar que, a proximidade de Viçosa- 18 km- pode também ser um fator que interfere nessa relevância que estudos assumem para essas famílias, visto que, conforme já citado, é uma cidade universitária.

Essa dúvida entre duas ou mais possibilidades, abalizada aqui pelo projeto de vida no campo ou na cidade, podendo levar a resultados distintos, é o que Abbey e Valsiner, 2004 (*apud* Silva, 2010) nomeiam ambivalência. Pode-se dizer, assim, que, o projeto de vida, é constituído por uma dimensão objetiva e por outra subjetiva (FURLANI E BOMFIM, 2010), marcadamente ambivalente.

No caso dos jovens do campo, Carneiro (2007) e Castro (2009), ainda que não tenham trabalhado o conceito de ambivalência, também demonstraram o paradoxo entre o desejo de permanecer no campo, aproveitando o que de bom ele tem a oferecer, e o de ir para a cidade, sob a pretensão de crescimento pessoal e de exploração do espaço urbano, o que Carneiro (2007) chamou de ideal “rurbano”.

Semelhantemente, Weisheimer (2005), em seu “Mapa de Estudos Recentes” sobre a juventude do campo também discorre sobre os desejos de sair para a cidade, mas também os de constituir uma vida no campo.

Entretanto, ainda que também haja presente o desejo de permanecer no campo, somente um jovem, na presente pesquisa, demonstrou interesse em trabalhar com a agricultura. Esta informação contrapõe aos que Bamat e Ieno Neto (1998) *apud* Costa e Ralisch (2013) indicaram sobre o desejo de jovens em dar continuidade ao trabalho dos pais no campo. Tanto os jovens cujos pais realizavam atividade de agricultor (três deles), quanto os que exerciam trabalhos em outros setores, não apresentaram desejo de dar seguimento ao trabalho com a terra.

As reflexões de Wanderley (2010) e Stropasolas (2002) sobre as mudanças do trabalho no campo com o incremento das atividades não-agrícolas, reiteram a importância desses serviços para as famílias dos jovens pesquisados. Conforme mencionado, dos onze (11) participantes, oito (08) realizavam atividades laborais não vinculadas à terra, sendo que a principal fonte de renda dessas famílias vinham de serviços informais.

Pochmann (2004), analisando a realidade de jovens vulneráveis do Brasil, traz uma importante contribuição para o debate sobre formação profissional destes.

Segundo o autor, mesmo que os jovens almejem profissões que exijam uma maior formação escolar, e neste caso, não vinculados ao trabalho agrícola, boa parcela desses jovens acabará se dedicando às de menor prestígio social. Isso devido às dificuldades de acesso ao estudo de qualidade, apontando para uma baixa mobilidade social deste público.

No caso da presente pesquisa, é pertinente ponderar que Viçosa-MG, citada por pelos jovens do campo, oferece educação pública de nível superior e de qualidade, a Universidade Federal de Viçosa. Denota-se que, para os participantes, ela é vista como área urbana, e surge como o local para o qual os jovens projetam seu futuro como estudantes e profissionais. JáCajuri é colocada à semelhança da zona rural, ou seja, um lugar com poucas perspectivas. Sendo assim, o campo e a cidade sede são vistas como mais parecidas em termos de precariedades, enquanto que Viçosa é tida como o local desenvolvido e próspero.

Todavia, ao citarem aspectos relacionados ao acesso a lazer e à saúde, como academia, atividades oferecidas pelo CRAS, e principalmente facilidade de transporte, o município de Cajuri foi apresentado pelos jovens com uma diferença qualitativa em relação ao campo: “tipo aqui tem plantão médico, o CRAS, compra coisa que aqui não tem. Cajuri é mais evoluído né” (Fábio, 15 anos). Demonstrando que essa semelhança (zona rural/Cajuri) é relativa.

Wanderley (2009), em estudo sobre pequenos municípios, encontrou resultados semelhantes, segundo ela, a trama desses locais pouco difere das zonas rurais. De acordo com a autora, esses municípios não vivenciam uma urbanização propriamente dita, reproduzindo o modo de vida do campo e apresentando limitações estruturais semelhantes.

4.4. A Desvalorização das Características do Campo

Uma percepção presente no grupo de participantes é a de que o campo é inferior à cidade, portanto dão um cunho de desvalor para aquilo que caracteriza o espaço de onde vieram. Essa concepção é reforçada no espaço escolar, seja

através da homogeneização do próprio processo pedagógico ou pelas relações interpessoais constituídas ali; e difundida pela mídia, principalmente nos programas televisivos.

Sobre a transição da escola aZona rural 1 para a cidade, Lorena (17 anos) disse o seguinte: “aqui (na cidade), ainda vê umas meninas que olham pra outra com olhar de abuso, se acham superior, só que tem umas que eu acho que nem percebe isso”.Essa assertiva mostra que há uma espécie de hierarquização nas relações interpessoais dentro da escola, sentido pelos participantes, sendoas pessoas do campo consideradas inferiores. Em outro excerto, Lorena deixa ainda mais claro essa desvalorização na percepção deles:

portanto que a nossa turma quando veio pra cá juntou com a que tava aqui e não juntou com a outra, porque as meninas estavam abusando, falando que a gente era da roça. Juntamos com os meninos que estudavam no municipal e vieram pra cá.

Grande parte dos grupos dentro da escola são divididos, de forma que os jovens do campo se separam em um grupo onde todos vieram da zona rural, buscando similaridade e integração.

É interessante também destacar o papel da escola no que diz respeito às questões da desvalorização do campo. Segundo os participantes, a escola não faz distinção das diversas realidades e modos de vida. De acordo com Lívia (16 anos), falando sobre a forma pela qual a escola trata as diferenças: “aqui tipo é tratado tipo igual, eles não tem muito disso não, não diferencia não, trata tudo igual”. Nesse sentido, pode-se dizer que, a instituição favorece a homogeneização aos moldes urbanos, contribuindo para uma visão positiva da cidade e negativa do campo. A escola inclui o aluno vindo da zona rural sem necessariamente oferecer condições de valorização da realidade deste sujeito, o que indica ela não estápautada em um modelo educativo que aborda a temática das pluralidades culturais, como exigido pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2015). Esse documento, ao indicar as competências gerais para uma base nacional comum curricular, preconiza, por

exemplo, a necessidade de se valorizar os diversos saberes contextualizando-os de acordo com a necessidade dos alunos dentro da instituição escolar.

Em concordância com essas reflexões, Alves e Dayrell (2015a, 2015b) e Zago (2016) trazem a questão da desvalorização do campo em relação à cidade. Segundo os autores, o contato com o modo de vida urbano, intensificado na e pela escola, favorece a sobreposição de um modelo de juventude pautado nas características urbano-cêntricas. Dessa forma, o jovem apreende uma ideia de que o seu contexto é inferior ao da cidade, reforçando o estigma do espaço rural.

Estes resultados podem se vincular ao que Sawaia (2012), Miura e Sawaia (2013) chamam de inclusão/exclusão perversa. Os autores utilizam esse conceito para discutir a forma pela qual o processo de inclusão contém em si a exclusão. Ela está atrelada à ideia de uma suposta inserção do sujeito a determinada realidade ou instituição, mas sem que sejam dadas as condições de valorização deste sujeito, responsabilizando-o por seu fracasso ou sucesso (MIURA E SAWAIA, 2013). Cabe ao indivíduo adaptar-se a essa condição de inferioridade. Pode-se dizer que, ao não problematizar as diferentes realidades locais, a escola acaba por incluir/excluir perversamente os jovens do campo.

Nota-se ainda que, conforme o tópico anterior, a escola é considerada por este público como instituição capaz de promover ascensão social, desta forma, os conteúdos ministrados nas salas de aula adquirem um importante significado na vida desses alunos.

Outro fator levantado pelos participantes, que traz uma visão negativa sobre o campo é a mídia. Marla, de 16 anos, ao falar sobre a imagem que a mídia televisiva veicula sobre o jovem do campo afirma: “a eles colocam umas coisas meio estranhas, é ruim, mas isso não é verdade porque a gente não anda descalço”. Fábio diz que é: “uma pessoa pobre, que anda descalço, que fala muito errado, é parecido com a imagem do Chico Bento apresentada, o resultado disso é muito ruim”. Pode-se dizer que os participantes tem consciência da imagem pejorativa que a mídia televisiva geralmente traz da população do campo, entretanto deve-se atentar para o potencial que o meio de informação possui de interferir diretamente

na constituição de uma concepção sobre o assunto, neste caso sob a ideia de um rural negativo ou de interesse pelo modo de vida urbano.

Mota (2010) aponta que a mídia televisiva propaga estereótipos predominantemente citadinos, interferindo diretamente na dinâmica social dos grupos rurais. A autora analisou como as possíveis interferências da televisão nos moradores da zona rural de Palmas-TO levou a uma redução de práticas predominantemente rurais e o surgimento do que a autora chama de fetiche mercadológico, ou seja, a supervalorização da aquisição de bens materiais. Para Mota, o público do seu estudo tende a considerar o modo de vida urbano superior ao do campo. Fábio, 15 anos, afirma que os meninos da Zona rural 1 andam com um chinelo de cem, cinquenta reais, e às vezes tem dois, três, usando-os para trabalhar no campo, pode-se inferir que a fala dele exemplifica como o fetiche mercadológico se apresenta no grupo.

Autores como Weisheimer (2005) e Coutinho (2014) quando analisam o interesse da população do campo pelo mundo urbano, explicitam a mídia como um importante formador desse desejo, demarcado pela valorização do modo de vida urbano e desvalorização do rural nesses meios de comunicação. Jodelet (2001), ao descrever como surgem as representações sociais, reforça o papel midiático e do diálogo informal nesse processo. Assim, pode-se dizer que, o discurso midiático tanto produz quanto reproduz concepções sobre determinadas realidades.

Essas questões debatidas aqui apontam para elementos que, quando problematizados, podem estar diretamente relacionados à constituição de concepções sobre campo, delimitando-o como um local negativo e o modo de ser, advindo dele, como algo inferior. Assim, é interessante destacar que, ao se falar na elaboração de projetos de vida, como as reflexões do tópico anterior, pode-se vinculá-las às influências: família, escola e mídia

CAPÍTULO 5

O PLANO DAS SINGULARIDADES: OS SENTIDOS SUBJETIVOS DOS JOVENS DO CAMPO

Este capítulo aborda o plano das singularidades nos sujeitos estudados, utilizando-se das contribuições dos sentidos subjetivos para tal. Os jovens foram Pedro, de 15 anos; Luísa e Lorena, ambas de 17 anos. Em seguida, foi realizada uma reflexão sobre as dificuldades e facilidades do pesquisador no trabalho de campo.

O quadro a seguir mostra um panorama da construção das zonas de sentidos e seus indicadores a partir das informações dos participantes: Pedro, Luísa e Lorena. Ela assinala como a construção dos sentidos subjetivos sobre ser jovem no campo difere em cada um deles:

Quadro4- Análise de conteúdo das informações dos participantes

Participante	Zonas de sentido	Indicadores
Pedro	Sensação de que a juventude é uma fase de curtir a vida.	Possibilidade de experimentação. Intensidade. Tolerância da sociedade para os erros.
	Insatisfação em relação às limitações do campo.	Campo como lugar que limita vivenciar o que acredita ser jovem. Lugar como uma vila, pois não tem muita coisa. Limites de oportunidades.
	Sentimento de que o campo é inferior à cidade.	Sensação em relação ao seu local de origem (aplicação de mapa afetivo). Valorização dos estudos na cidade, onde pretende estar no futuro.
Luísa	Senso de valorização dos estudos.	Interferência da família ao priorizar os estudos. Sonho em formar-se jornalista.
	Sentimentos positivos em relação ao campo.	Sentimentos de amor ao local Desejo de estudar fora somente porque lá não possui faculdade. Migração por necessidade. Prevaleceu a visão sobre as coisas boas.
	Juventude e responsabilidade.	Descoberta do novo. Responsabilidade diante do que não conhece.
Lorena	Juventude é uma fase de experimentação sem responsabilidade.	Oportunidade de experimentar. Possibilidade de errar. Menor exigência.
	Senso de valorização dos estudos.	Crescimento pessoal pelos estudos. Desejo de fazer um curso superior. Projeto de vida fora do campo.
	Sentimento de desvalorização das características do campo.	Distância causa solidão. Limite das possibilidades de crescimento pessoal e profissional. Depreciação do modo de vida do campo no dia a dia.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

5.1. O Contraste Entre a Segurança/Inferioridade do Campo: Construções a Partir das Informações de Pedro

Pedro é um jovem de 15 anos, estudante do 1º ano do ensino médio e sempre viveu no campo. Filho de pais divorciados, mora com a mãe, vinda de outro estado do país, há mais de 20 anos.

A relação dele com o trabalho da agricultura é muito tênue. Ele foi somente uma vez para a lavoura da tia, por curiosidade, mas nunca precisou de fato trabalhar. A mãe geralmente só solicita sua mão de obra para os afazeres domésticos, mesmo assim, caso esses não prejudiquem seus estudos: “pra ela se eu trabalhar vai atrapalhar nos estudos”.

Quando questionado sobre o que é ser jovem, ele disse que a juventude é uma fase de curtir a vida diante da intensidade que o jovem possui. Nas palavras dele:

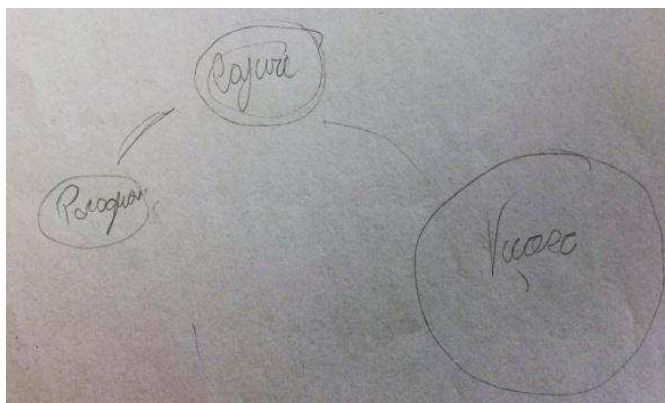
É um período que se pode aproveitar, pois se tem mais disposição quando estiver mais velho não terá mais disposição pra fazer aquilo, quando envelhecer não vai ter mais. Tipo a gente jogar bola, brincar. Acho que não tem muito problema em errar nessa fase.

A visão sobre o que é ser jovem, elaborada pelo grupo de participantes da pesquisa, surge na fala de Pedro, durante a entrevista, demarcando sentidos subjetivos vinculados à ideia da juventude como possibilidade de experimentação e da tolerância social para os erros cometidos nesta fase. Adentrando o assunto, ele gera um novo sentido, dando a ela uma conotação de intensidade, passível de ser vivida somente neste período. Apesar dessa concepção, o campo é visto como um local que limita essas experiências, pois segundo Pedro, não possibilita “oportunidade de trabalho, lazer (cinema, lugar de encontro)”. O que motivaria as pessoas a continuarem no campo, segundo ele, seria “crescer mais ter tipo coisa que não tem tipo ter cinema, ter mais lugar pra trabalhar, ter o ensino médio, mais isso mesmo”.

Pedro falou muito sobre as limitações do campo em termos de possibilidade de crescimento pessoal. O mapa afetivo gerado por ele traz elementos de sentido

relacionados a uma sensação de inferioridade em relação ao seu local de origem.

Quadro5- Mapa Afetivo de Pedro



Identificação	Estrutura	Significado	Qualidade	Sentimento	Metáfora
Pedro Masculino 15 anos 1º ensino médio Zona rural 1 15 anos que mora lá	Metafórica	Tamanho de oportunidades que o local oferece	Lugar tranquilo onde todos se conhecem	Preocupação	Uma vila
Sentido: Prevalece uma sensação de contraste, se sente seguro estando lá, mas se preocupa com o futuro da sua geração e das próximas que morarão lá, já que vê como um lugar inferior em possibilidades quando comparado a outros lugares.					

O desenho do mapa afetivo revela de forma metafórica o tamanho de oportunidades do campo quando comparado à cidade sede (Cajuri) ou à cidade vizinha (Viçosa). Entretanto, ao explorar mais o que sentia em relação ao lugar, esteve presente o sentido ambivalente (contraste) entre essa sensação de inferioridade/preocupação e a segurança que o local oferece: “o que motiva ficar é que tem parente aqui, o que desmotiva é oportunidade de trabalho que não tem.” Quando perguntado sobre a diferença entre o campo e a cidade no que diz respeito às oportunidades de trabalho e estudo, ele disse: “tipo, em Viçosa há mais oportunidade de trabalho, estudo. Cajuri tem um pouco mais do que a Zona rural 1”. Reafirma assim os elementos de sentido relacionados à inferioridade do local que mora. Para ele, Zona rural 1 se assemelha a uma vila, pois não tem muita coisa.

As limitações locais, presentes nas percepções elaboradas pelos participantes, se evidenciaram na fala de Pedro. Além da limitação do transporte para

a cidade nos dias de trabalho escolar: “é difícil, pra ir pra lá tem que pagar carro”, ele faz curso de inglês em Viçosa duas vezes na semana. Isso intensifica a sensação de desânimo em ter que sair do campo para realizar essas atividades. A transição para a cidade, neste aspecto, tem sido complicada para o jovem. Entretanto, é importante sinalizar que Pedro diferencia de grande parte do público rural, já que tem a oportunidade de aperfeiçoar sua formação como estudante com cursos na cidade, possibilidade escassa para o demais participantes da pesquisa. Ele também formou-se em um curso básico de informática, também em Viçosa.

Houve uma diferença de sentido dado por Pedro e a visão compartilhada pelo grupo de participantes no que diz respeito às relações interpessoais, o que, segundo ele, favoreceu o processo de transição para a cidade. Quando foi solicitado que ele descrevesse como é a relação com os outros jovens na escola, o participante revelou que é: “normal, tipo. É normal, a maioria das pessoas de lá eu já conhecia, me receberam bem (...) eles zoam comigo e eu com eles”. Suas palavras demonstram uma ideia de bons vínculos e pouca preocupação com os estereótipos relacionados ao campo.

Um aspecto marcante nas informações sobre o Pedro é referente à valorização dos estudos. Nesse sentido, há uma congruência entre o projeto de vida do participante, e a forma pela qual se comporta para fazê-lo se efetivar, qualificando a escola acima de qualquer outra atividade. Pode-se inferir que há uma apropriação da visão dominante sobre os estudos como maior fator que possibilita a ascensão social. Nesta ótica ele afirma: “minha mãe incentiva. Mas não é questão de gostar, mas de precisar [de estudar]”.

Sobre seu projeto de vida, quando perguntado onde pretende estar daqui a 5 anos, ele diz:

Pretendo estar estudando e trabalhando. Trabalhando pra sustentar os estudos. Pretendo fazer o ENEM pra passar em alguma universidade e enquanto isso trabalhar. Em outra cidade pra não ter que voltar todo dia porque é difícil (Pedro, 15 anos).

Afirma-se, com essa fala, o desejo, ainda que ambivalente, como já discutido anteriormente, de constituir um futuro na cidade, passando pelo ensino superior e pelo trabalho na cidade, para se sustentar longe de casa. Essa passagem reforça a ideia de que é na vida citadina que Pedro vislumbra sua possibilidade de crescimento pessoal e profissional, pretendendo estar lá em alguns anos. A visão compartilhada sobre o campo, que o caracteriza a partir da ótica do desvalor, parece não favorecer, em Pedro, a constituição de novos sentidos subjetivos sobre as potencialidades do local. Destaca-se que dentre os casos analisados, Pedro é o único no qual a mãe, responsável por ele, trabalha na cidade. Esse fato pode fazer com que as referências do participante com a realidade urbana se intensifique.

A fala dele também remete a um desejo de não precisar transitar do espaço rural para o urbano diariamente, o que Coutinho (2014) discute como mobilidade cotidiana. Este aspecto é contrastante com os estudos de Carneiro (2007) no qual ela discute a revalorização do campo à partir da juventude que reside no meio rural, mas trabalha no meio urbano, como estratégia para se manterem no campo.

Silva (2008) em estudo com jovens portadores de câncer, afirma que a ruptura entre os sentidos subjetivos e a visão dominante sobre um assunto, que é naturalizada socialmente, as vezes é sutil, mas pode representar muito para dar um novo significado à subjetividade do sujeito. Vê-se que Pedro algumas vezes pareceu reproduzir a ideia dominante, elaborada não plano compartilhado sobre a juventude do campo, mas em outras, como na facilidade para se relacionar com os jovens a cidade, elaborou novos elementos a partir de sua singularidade.

5.2. A Pertença em Relação ao Campo: Construções a Partir das Informações de Luísa

Luísa é uma jovem de 17 anos, estudante do 2º ano ensino médio. Ela mora com o pai, que é açougueiro na Zona Rural 1 e com a mãe, que trabalha em uma escola também no mesmo local. Desde que nasceu morou no campo, assim como a mãe. Já o pai veio de outro estado brasileiro e mudou-se para o campo a fim de abrir um comércio, onde moram seus demais parentes.

Luísa nunca trabalhou e não demonstrou o desejo de trabalhar na agricultura, já que os pais não possuem nenhum vínculo com a terra e nem incentivam-na a isso. Entretanto, ao ser questionada sobre como se sentiria caso necessitasse trabalhar no campo, ela pareceu não sentir a possibilidade como algo aversivo. Segundo ela, já que teve um tio que: “ficou rico com lavoura de tomate (...) não incomoda, pensar em trabalhar com isso, mas sabe o que é? A profissão que quero não tem aqui, que é jornalismo”.

A fala dela aponta um aspecto da valorização dos estudos, reforçada pela família e reproduzida por Luísa, segundo a participante, os pais priorizam os estudos em detrimento ao trabalho. Assim, ela sai pouco de casa e deixa de realizar atividades relativas à formação profissional, como o curso de modelo que ela fazia, mas teve que cancelar a participação, pois essas atividades poderiam atrapalhar o rendimento escolar.

O prestígio dos estudos pela família dela está em acordo com o resultado apresentado nas percepções compartilhadas, elaboradas pelos participantes. Assim, os sentidos subjetivos de Luísa, referentes a este aspecto, se configuram sobre a influência da ideia coletiva. Não é por acaso que sonha em ser jornalista ou ter alguma profissão que exija uma formação escolar de nível superior: Quando perguntado a ela sobre seu desejo profissional ela diz que além do sonho em ser jornalista, a segunda possibilidade seria trabalhar na escola, como professor de educação física.

A participante tem como projeto de vida estar estudando na universidade. Como considera a UFV muito difícil de ser aprovada, pretende tentar ser aprovada em outras universidades também. De acordo com a própria fala de Luísa: “eu vou jogar pra outra universidade porque acho que a de Viçosa é bem rígida com nota e tal, aí vou jogar pra outra que seja menos rígida”. Ela revela que possui planos sólidos de saída do campo em busca de estudos, salientando estratégias para evitar a excessiva cobrança da universidade mais próxima de onde mora. Entretanto, destaca-se que o número de pessoas com curso superior no município é muito baixo. Apenas 3,3% da população possui curso superior, quando a média nacional é de 7% (CENSO, 2010), isso considerando a totalidade (urbano e rural). Pode-se deduzir que os números são ainda menores quando examinado somente a zona

rural, o que mostra como, apesar do esforço de Luísa, as chances de construir uma vida como jornalista ou professora, são escassas.

Embora haja o desejo de sair do campo para estudar, Luísa possui sentimentos ternos em relação ao seu local de origem, manifestando, no mapa afetivo, o amor que sente pelo local. Ela diz que, se fosse possível, estudaria e trabalharia onde mora, revelando que, mesmo que haja um projeto de vida fora do campo, conforme já citado, a vontade de permanecer também está presente. A migração, assim, pode se dar por necessidade e não pelo desejo de saída. O quadro abaixo mostra o mapa afetivo gerado a partir das informações de Luísa.

Quadro6- Mapa Afetivo de Luísa



Identificação	Estrutura	Significado	Qualidade	Sentimento	Metáfora
Luísa Feminino 17 anos 2º ensino médio Zona rural 1 17 anos que mora lá	Metafórico	Simplicidade e amor ao local	Amizade das pessoas é inexplicável	Tranquilidade e paz interior	Tartaruga
Sentido: Muita sensação de pertença em relação ao local. Sente segurança, acolhimento, principalmente em relação às pessoas que lá habitam.					

O desenho demonstra de forma metafórica sentimentos positivos sobre o campo, relacionados à simplicidade, tranquilidade e a amizade que as pessoas possuem entre elas. Assim, foi possível perceber a constituição de sentidos subjetivos em Luísa, diferentes da visão hegemônica feita pelo grupo, que foram

pautadas na desvalorização do campo. Ela compara seu local de origem a uma tartaruga por conta da tranquilidade e da paz que transmite.

As informações de Luísa ainda demonstraram uma reposta subjetiva bem diferente das construções do grupo, elaboradas pelos participantes no que diz respeito ao que é ser jovem. Para ela, a juventude contém aspectos da descoberta do novo e, por isso mesmo, foi marcante os elementos de sentido subjetivos relacionados à responsabilidade diante destas novidades, mostrando uma menor propensão ao erro quando comparada a Pedro, por exemplo. Respondendo a questão sobre o que é ser jovem para ela, diz:

“Pra mim, ser jovem é descobrir coisas novas, descobrir um mundo novo, abrir a mente para novas ideias e coisas. Então acho que o jovem tem que ter total responsabilidade, pensar antes porque não se conhece direito as coisas”.

Assim, ela não difere muito viver a juventude no campo ou na cidade, ainda que, considere que, no ambiente urbano: “tenha mais coisas para se distrair e mais facilidade de acesso às coisas”.

Luísa não sentiu inconveniente algum nas relações interpessoais que constituiu na transição para escola da cidade. Quando falou deste assunto afirmou: “ah eles são super amigáveis, legais, não tive nenhuma dificuldade em relacionar não. Eu já conhecia bastante gente também, aí ajudou. Conhecia de evento, internet”. Essas informações mostram a constituição de elementos de sentidos subjetivos que reforçam uma visão positiva em relação ao seu modo de vida que, para ela, é bem aceito em diferentes espaços.

A dificuldade nesse processo de transição para a cidade se dá diante da escassez de transporte, crítica presente na visão coletiva sobre o tema. O pai dela é quem a leva para as atividades na cidade ou paga um motorista para tal. É interessante destacar que, apesar de citar algumas limitações, quando comparado à cidade, Luísa preservou um sentimento de otimismo, demarcando que, ainda que houvessem limitações, as qualidades do campo compensam.

Nesse sentido, pode-se inferir que ela possui uma resposta subjetiva

diferenciada no que se refere ao encanto pelo modo de vida urbano, não o colocando necessariamente como superior ao rural. O interesse pela vida na cidade é muito mais para uma formação profissional do que pelo fascínio de se viver a juventude lá.

Essas reflexões contrapõem aos resultados encontrados por autores (MOTA, 2010; GALINDO, 2014; ZAGO, 2016) que analisaram a temática do interesse do jovem do campo pelo modo de vida urbano. As informações da participante foram essenciais para se compreender o quão complexo é a trama rural/urbano através da concepção dos jovens, quando se propõe analisar a singularidade destes.

5.3. A Solidão e as Dificuldades no Campo: Construções a Partir das Informações de Lorena

Lorena possui 17 anos e é estudante no 2º ano do ensino médio. Mora com os pais no campo desde que nasceu. A mãe trabalha como doméstica e também sempre morou lá, enquanto o pai, que é pedreiro e agricultor, veio de outra pequena cidade do interior de Minas Gerais.

A participante disse ter começado a trabalhar aos oito anos de idade, como doméstica e na colheita do café: “Eu panho café desde nova, trabalho desde novinha desde oito, anos. Antes achava puxado, hoje até gosto”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 1990) proíbe que os menores de 14 anos de idade trabalhem, salvo na condição de aprendiz a partir dessa idade. Isso demonstra que Lorena necessitou desenvolver um senso de responsabilidade prematuro pra sua idade na época.

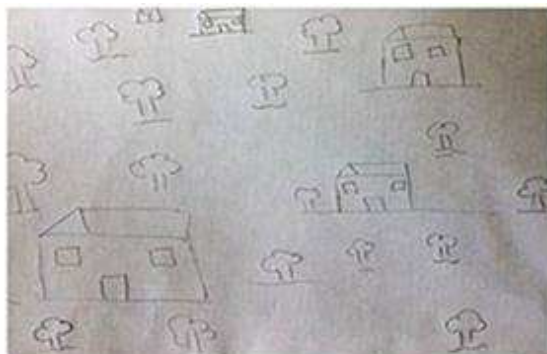
Entretanto, o nível de diferenciação percepções elaboradas pelo grupo e sua trajetória de vida, sobre o que é ser jovem, é muito baixo, configurando em sentidos subjetivos próximos à visão hegemônica sobre o assunto. Para Lorena, ser adolescente é poder experimentar com um menor crivo da responsabilidade e uma menor exigência. Quando perguntada sobre o que é ser jovem, ela afirmou: “Igual eu acho que falei da última vez, você tem a oportunidade de experimentar e errar, poder errar pra aprender”. Esteve presente, durante o contato com a participante, e

reforçado na sua fala anterior, certa incongruência entre a experiência das obrigações dela com o trabalho ainda criança, e a visão da juventude como uma etapa que exige menores compromissos.

Os pais da participante não supervalorizam os estudos e colocam o trabalho como um fator de grande importância em todas as épocas da vida. Quando foi perguntando para ela se os pais priorizam os estudos em detrimento ao trabalho, ela disse que eles: “querem que eu estude, mas querem que eu também continue trabalhando na roça”. Não por acaso, Lorena gosta de trabalhar e de estudar. Contudo, seu projeto de vida, ainda que ambivalente, é “estar formada, trabalhando em outro lugar (...) bem longe, na cidade”. Apesar de aprender o ofício da agricultura e gostar de fazê-lo, Lorena não planeja seguir os caminhos do pai nos afazeres do campo: “é, mas do meu futuro não quero isso não, até gosto, mas não pretendo ficar nisso, minha meta não é essa”. Aqui também se pode perceber a importância das concepções hegemônicas sobre a ideia da ascensão social através dos estudos. A participante gosta e entende do serviço no campo, mas almeja um futuro com formação escolar superior e um trabalho longe da terra. Essas reflexões apontam tanto para uma desvalorização da agricultura quanto para um enaltecimento da escolarização. Reforçando essa ideia ela diz: “na minha visão na lavoura não daria nenhuma melhoria crescimento pra mim”. O campo assim, na visão dela, não apresenta perspectivas para o desenvolvimento profissional.

O mapa afetivo de Lorena dá possibilidade de visualizar os sentimentos dela em relação ao campo.

Quadro 7- Mapa Afetivo de Lorena



Identificação	Estrutura	Significado	Qualidade	Sentimento	Metáfora
Lorena Feminino 17 anos 2º ensino médio Zona rural 2 17 anos que mora lá	Cognitivo e metafórico	Distância entre as casas e as pessoas de lá	Um lugar tranquilo onde um sabe quem é o outro	Solidão	Uma ilha
Sentido: Prevalece uma sensação de contraste, por um lado há afeto e segurança no lugar, mas por outro uma sensação de solidão, diante do limitado número de amigos e vizinhos. Diz que também é um lugar onde faltam trabalho e oportunidades de crescimento.					

O mapa afetivo revela tanto literalmente quanto metaforicamente a distância entre as pessoas no local onde ela mora. Dessa forma, o sentimento apresentado em relação ao lugar é o de solidão, faltam amigos e pessoas próximas para conversar, o que a fez compará-lo com uma ilha, afastado de tudo.

Prevalece em Lorena um contraste entre a sensação de segurança que o lugar possui e as limitadas possibilidades de crescimento pessoal e profissional, bem como a distância entre as pessoas.

Assim, a participante diz que viver a juventude no campo é ter que lidar com uma série de dificuldades que o jovem da cidade não sofre: “é bem mais difícil, porque pra eu chegar aqui em Cajuri tenho que pegar duas conduções. Eu venho de Kombi até um certo lugar e depois pego ônibus”. Demarca o longo percurso para chegar à escola, realizado por ela todos os dias, sendo que, caso necessitasse ficar na escola para alguma atividade no período da tarde, não seria possível.

A visão pejorativa dada às características do campo por Lorena é também sentida pelo estigma que recebe nas relações interpessoais dentro da escola, pois ela diz que as turmas do campo e da cidade não se misturam. Ao responder sobre como é a relação dentro da escola, disse:

[...] apelido geralmente não tem, mas sempre tem aquele que abusa, se acha melhor que a gente, por exemplo, eu e as meninas que vem da roça não somos de vir e conversar com outra turma (de Cajuri) e vice versa, então a relação não é boa nem ruim.

Nesse sentido, valorizar o modo de vida campestre fica improvável, quando a depreciação é experienciada no dia a dia, limitando a possibilidade de constituição de novos sentidos subjetivos sobre o local, que lhe permita vê-lo de forma positiva.

O tópico a seguir faz um resumo dos resultados obtidos no nível das singularidades, a fim de facilitar o entendimento da relação entre o individual e o compartilhado.

5.4. Panorama da Análise Singularizada

Pode-se dizer que as percepções hegemônicas sobre o campo, construídas pelo grupo de jovens participantes da pesquisa, tiveram papel fundamental na constituição dos sentidos subjetivos de Lorena. O nível de diferenciação da sua resposta subjetiva, singular, e da visão que o coletivo possui sobre os aspectos estudados, é muito pequeno.

De forma resumida, pode-se dizer que este capítulo, que se propôs analisar as singularidades, refletiu-se sobre os sentidos subjetivos de Pedro, demarcados nas zonas de sentido: sensação de que a juventude é uma fase de curtir a vida; insatisfação em relação às limitações do campo; e sentimento de que o campo é inferior à cidade. Mostrando como seu vínculo com o campo é frágil, através do seu desejo de saída em busca de estudos e da sua tênue identidade com a agricultura.

Luísa, através das zonas de sentido: senso de valorização dos estudos; sentimentos positivos em relação ao campo; juventude e responsabilidade, demarcou

elementos de sentidos predominantemente positivos sobre o rural. Ainda que houvesse um forte desejo de ficar no local, pena que a necessidade de saída ainda é maior, frente à busca de estudos e sua responsabilidade como jovem.

Enquanto que Lorena elaborou zonas de sentido: ideia de que a juventude é uma fase experimentação sem responsabilidade (ainda que a realidade objetiva não fosse condizente com a visão dela); senso de valorização dos estudos; e sentimento de desvalorização das características do campo. O que, resumidamente, expôs sua insatisfação no tocante à vida no campo, mas uma possibilidade de interesse pelo modo de vida campestre caso ele oferecesse maior sociabilidade e possibilidade de emprego.

De acordo com Tacca e Gonzalez Rey (2008) as concepções dominantes podem ser definidoras de sentidos subjetivos, limitando as opções da subjetivação no nível individual. Analisando essa relação entre concepções hegemônicas compartilhadas e singularidades, Santos (2010) traz uma importante contribuição sobre como o processo de singularização ocorre no sujeito. Segundo o autor, é no compartilhamento de uma visão coletiva que o sujeito produz o sentido, ou seja, “transforma o conhecimento entre os outros, simultaneamente, em conhecimento entre nós e para si (SANTOS, 2010, p.119)”. Como esse procedimento não descarta a visão compartilhada, mas a torna mais complexa, o autor afirma que nesse movimento de produção de sentido, o indivíduo, ao incluir suas singularidades, também ocasiona sua própria inclusão histórica. Para ele:

[...] o cerne dessa transformação é a construção de versões singulares, versões que só se tornam possíveis no movimento de integração entre os conhecimentos sociais e as vivências emocionais do indivíduo (SANTOS, 2010, p. 120).

Tanto as visões compartilhadas quanto as singulares atuam na constituição da subjetividade do sujeito. As concepções hegemônicas sobre um determinado tema pode, então, levar a produção de vários sentidos subjetivos, conforme afirma Gonzalez Rey (2006, 2011), ao mesmo tempo os indivíduos podem configurá-las à partir de suas próprias experiências (necessidades, emoções, motivos) elaborando novos sentidos, sendo-os a chave para a construção da subjetividade.

5.5. A Singularidade do Pesquisador: Dificuldades/facilidades da Pesquisa

Ao finalizar o tópico referente à apreensão do plano das singularidades, é pertinente destacar algumas dificuldades relativas ao trabalho de campo, principalmente no que diz respeito ao desafio de estabelecer um distanciamento mínimo do pesquisador com os sujeitos pesquisados e a realidade local.

Por já realizar um trabalho prévio com os jovens participantes da pesquisa, através das oficinas socioeducativas do CRAS, conforme já mencionado anteriormente nesses escritos, obtive uma certa facilidade para adquirir informações acerca do pensamento destes jovens. Todos eles, já me conheciam, uns mais, outros menos, e isso me fez sentir que houvesse uma maior abertura para a fala deles sobre o assunto que interessasse ao tema estudado.

Além do mais, por se tratar de uma análise das concepções destes sujeitos, a emergência de conteúdos simbólicos e emocionais, imprescindíveis para o estudo dos sentidos subjetivos, também foi favorecida por este conhecimento prévio entre o pesquisador e os jovens participantes da pesquisa. Os jovens pareceram se sentir à vontade ao longo das conversas comigo e, as falas curtas que caracterizariam entrevistas com jovens, não ocorreram, dando abertura para longas conversas.

Entretanto, foi muito difícil analisar as informações a partir de um olhar de pesquisador, ou seja, apresentar um certo distanciamento necessário para uma discussão com um mínimo de juízo de valor. O fato de conhecer os jovens participantes e a realidade local, fez com que, algumas vezes, me observasse posicionando a favor dos participantes e angustiado com as suas queixas sobre as limitações do alcance das políticas públicas em seus territórios.

Sobre este tema do distanciamento do pesquisador em relação ao objeto de pesquisa, a antropóloga Rosana Guber (1996), aponta algumas questões importantes. Ela problematiza a neutralidade da pesquisa de campo, questionando a possibilidade de se realizar ciências humanas que reproduza a realidade de forma objetiva. Guber (1996) diz que as informações se tornam dados através da reflexão do pesquisador, e que esse processo não é neutro. O foco da discussão da autora sobre a pesquisa de campo está atrelada à relação do pesquisador com o grupo

estudado, no caso dela, a experiência do antropólogo que estuda a própria cultura, chamado antropólogo nativo.

A partir da sua experiência com ex-combatentes argentinos que participaram da “Guerra das Malvinas”, Guber (1996) reflete sobre o fato de sua presença ser indesejada pelo grupo estudado. A problematização da autora se dá sob a crença de que facilmente seria aceita no grupo por já conhecê-lo ou fazer parte dele, entretanto os participantes identificaram-na como alguém diferente. Ela assinala, assim, para as dificuldades da pesquisa de campo quando o público alvo é familiar. Segundo Guber (1996), há uma ilusão de se achar pertencente ao grupo, mas que o investigador sempre será um estranho/estrangeiro, ou seja, visto pelo público estudado como alguém que representa uma posição social diferenciada. Nesse sentido, o fato de estar fazendo a pesquisa naquele espaço, ainda que conhecido, o coloca como um outro, trazendo aos pesquisados um estranhamento em relação ao pesquisador.

Outra contribuição teórica importante para este debate sobre a relação entre pesquisador/pesquisado e os dilemas da investigação de campo foi Ruth Cardoso (1997). A autora fala da impossibilidade da objetividade, justificada pelo posicionamento político do pesquisador com a causa do grupo estudado. Segundo ela, não há essa pretensa neutralidade científica, de forma que sempre haverá um papel político do cientista durante a relação com o público estudado.

Entretanto, Cardoso (1997) aponta a importância dos limites em relação a este engajamento político que, de acordo com ela, quando excessivo, reduziria a pesquisa a uma denúncia. Neste sentido, o pesquisador se tornaria o porta voz do grupo e culminaria na eliminação de um critério importante para a pesquisa que é o estranhamento como forma de compreender a cultura do outro.

Essas reflexões me fizeram repensar os benefícios e as limitações que o conhecimento prévio, em relação à realidade estudada, pode apresentar ao pesquisador. Por um lado, os vínculos e as experiências *in loco* tendem a criar um ambiente de maior abertura ao pesquisado, ainda que seja visto como alguém que não faça parte do grupo, facilitando a emergência de conteúdos importantes a serem analisados. Já por outro, suprimem a capacidade de discernimento e interpretação

do pesquisador, ao se posicionar ao lado dos participantes e assumir uma posição menos crítica e mais partidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao fim de uma jornada, que teve como objetivo analisar a concepção que os jovens do campo possuem acerca si mesmos, problema surgido a partir da minha experiência de trabalho no CRAS com grupo de jovens da zona rural de Cajuri-MG.

É interessante notar a complexidade que envolve o trabalho de campo napesquisa qualitativa, visto que, a entrada neste espaço envolve uma série de questões relativas a relação pesquisador/ sujeitos pesquisados. No presente investigação, o conhecimento prévio da realidade estudada favoreceu o contato com o público estudado, mas dificultou a reflexão crítica em relação ao contexto.

Orientou-se pelas bases teóricas que permitiram compreender a subjetividade através do aporte dos sentidos subjetivos. Foram revelados aspectos socioeconômicos dos participantes; o que é ser jovem; as questões relativas às políticas públicas; o processo de transição para a cidade; e a valorização/desvalorização do espaço rural, implicando no desejo de ficar/sair do seu lugar de origem, cujas discussões foram elaborados a partir da interação do pesquisador com os jovens do campo. Essas produções, por serem construídas pela subjetividade dos participantes, são passíveis de mudanças que ocorrem de acordo com os aspectos históricos, sociais e da história de vida de cada um.

No que tange ao que é ser jovem para eles, esteve presente a ideia da juventude como etapa de experimentação e impulsividade, no qual há uma maior tolerância da sociedade ao erro. Essa fase de descoberta é limitada pelas impossibilidades que a estrutura física local impõe, marcadamente na falta de lazer, transporte e saúde pública de qualidade.

Desse modo, assim como aponta a literatura, foi possível perceber uma escassez de políticas públicas na zona rural de Cajuri-MG que, quando existentes, não encontram a devida aplicabilidade de forma a dar conta das juventudes nos seus diversos territórios. Assim, verifica-se que as políticas públicas não oferecem suporte adequado para o que o próprio jovem considera indispensável ao desenvolvimento pessoal de quem vive campo, sobretudo a viabilidade de se

locomover para a escola em horários diversos e a ausência de perspectivas de trabalho não rural.

As políticas de incentivo ao trabalho na agricultura, de infraestrutura local e direitos sociais como saúde, educação e transporte, mostraram-se ineficazes para o enaltecimento do espaço local, sublinhada na visão compartilhada, elaborada pelos jovens no que diz respeito à desvalorização do espaço rural.

Nesse sentido, a migração para a cidade é vislumbrada por estes jovens como algo característico em seus projetos de vida. Entretanto, a segurança que a tranquilidade no campo lhes oferece e o suporte familiar faz surgir nesse público uma sensação ambivalente entre o desejo de sair e o de ficar em seu local de origem. Mostra, assim, que a trama sair/ficar no campo é complexa e envolve fatores macro e microestruturais.

A pesquisa apontou também as influências que o sistema educacional, materializado na escola pública, tem na vida desses jovens. A família anuncia a educação como única mola propulsora do desenvolvimento econômico deles, delegando à escola o poder de promoção social. A escola, por sua vez, reproduz a ideia dominante de um modo de vida urbano, ao não problematizar as diferentes raízes culturais dos seus alunos. Não é por acaso que as relações interpessoais, mantidas nesse espaço, reproduzem uma visão pejorativa acerca do campo e de quem o habita. Ao jovem resta a difícil situação: desejar uma formação de nível superior na faculdade, vivendo em uma realidade que traz grandes dificuldades para que isso se concretize, ou permanecer no campo, onde não aprendeu um ofício e nem desenvolveu uma identidade com a agricultura.

No sentido de alterar esse quadro, chama-se atenção para a necessidade de se pensar em políticas públicas de valorização do espaço rural que, além disso, levem em consideração tanto aspectos da estrutura física do espaço campestre, atentando para cultura, lazer e transporte, quanto as perspectivas educacionais que problematizam as questões campo/cidade. Reconhecer as diferenças entre os jovens do campo, oriundos de diferentes contextos sociais e culturais, também é um fator a ser problematizado na elaboração e implementação dessas políticas.

Os resultados ainda mostraram as singularidades dos casos analisados, assinalando para a importância das histórias de vida de cada sujeito na constituição de suas concepções sobre como é viver a vida no campo. Assim, Pedro, Luísa e Lorena evidenciaram as diferenças pessoais que alicerçam a subjetividade de cada um, seja pelas informações de Luísa, que evidenciou a constituição de sentidos subjetivos díspares das percepções do grupo, ou por Lorena, que demonstrou muita proximidade com elas. Recordar-se que essa ruptura entre os novos sentidos dados e as percepções hegemônicas que levará a constituição de novos sentidos subjetivos, diferentes da visão compartilhada, conforme afirma Silva (2008) às vezes é sutil e pouco perceptível.

Por fim, salienta-se que, apesar de tratar de um pequeno grupo de jovens, em um contexto específico de um pequeno município da Zona da Mata mineira e não haver pretensões de generalizá-lo às demais realidades, foi relevante para evidenciar aspectos significativos para uma discussão científica sobre o tema. Para aprofundar essa discussão, é pertinente estudos em municípios de médio porte, ou com jovens assentados nessa região, a fim de comparar os resultados. Ampliar os dados sobre a relação destes jovens com os da cidade também pode ser um fator relevante para se compreender como esses vínculos afetam a construção da imagem sobre o rural e o urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs). Retratos da juventude brasileira: análises de uma perspectiva nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2008, p.37-72.

AGUIAR, W. M. J. *et al.* **Reflexões sobre sentido e significado**. In: BOCK, A. M. B. e GONÇALVES, M. G. M. A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009. p.54-115.

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S.. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista brasileira de Estudo em Pedagogia**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812013000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08 de Julho de 2016.

ALENCAR, H. F. **Participação social e estima de lugar: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da Regional III da Cidade de Fortaleza pelos mapas afetivos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, 2010.

ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 375-390, 2015a. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015000200375&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de Maio de 2016

ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. T.. Transnacionalismo, juventude rural e a busca de reconhecimento. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. spe, p. 1455-1471, 2015b. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-9702201500101455&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de Maio de 2016.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora S.A, 1981.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOCK, A. M. B. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la psicologia atual. **Psicologia para América Latina**, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-

350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1870-350X. Acesso: 11 de Julho, 2016.

BOCK, A. M. B. **A Psicologia Sócio-Histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia**. In: BOCK, A. M. B., GONÇALVES, M. G. M. e FURTADO, O. *Psicologia Sócio-Histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia*. 2. ed., São Paulo, SP: Cortez, 2002. p.15-35.

BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 11, n. 1, jan./jun. 2007, p. 63-76.

BOCK, A. M. B. **Apresentação**. In: BOCK, A. M. B. e GONÇALVES, M. G. M. *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2009. p.7-11.

BRASIL, **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional da Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em: 02 de Julho, 2016.

BRASIL. **Lei n. 8.069 - 1990**. Estatuto da criança e do adolescente. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1995. 171 p.

BRASIL. **Decreto nº 7.352**, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, Sessão1, 5 nov. 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*. 2004, vol.12, n.1, pp.205-227. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 de março de 2018

BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-52.

BUARQUE, C. **O que é apartação: o apartheid social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BUARQUE, C. **A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo**. In. Miranda, C., Costa, C.(Orgs.). *Desenvolvimento Sustentável e*

Perspectiva de Gênero. Brasília: IICA, 2005.

CARDOSO, R. **A aventura antropológica- teoria e pesquisa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARNEIRO, M. J. "Rural" como categoria de pensamento. **Revista Rurais**, v.2, n. 1. Campinas, 2008, p.9-38.

CARNEIRO, M. J. **Juventude e Novas Mentalidade no Cenário Rural**. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). Juventude rural em perspectiva. p. 53-66. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: UFRJ. 2005.

CASTRO, E. G. Juventude Rural No Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 7, n. 1., 2009, p. 179-208.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2011. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=311020&search=minas-gerais|cajuri|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em 24 de Nov. de 2016.

CÉSAR, M. R. A. . **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. v 1. São Paulo: UNESP, 2008.

COSTA, F. L. M.; RALISH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. V.51. n. 3, 2013, p. 415-432. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de maio de 2016.

COSTA, W. T. **Para além da tinta e da madeira: juventude rural e preservação patrimonial em Pedra do Anta/MG**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa, 2010.

COUTINHO, E. A. **Mobilidade cotidiana campo-cidade: o caso dos moradores rurais de Cajuri e Coimbra/MG**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa, 2014.

D'ALTE, I.; PETRACCHI, P.; FERREIRA, T.; CUNHA, C; SALGADO, J. Self dialógico: Um convite a uma abordagem alternativa ao problema da identidade pessoal. **Interacções**, 6, 2007. p. 8-31.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e respondent-drivengampling: uma descrição dos métodos**. Monografia, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

ERICKSON, E.H. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de Nov. de 2016.

FIGUEIRO, T. G. B.; ALVARENGA, C. M. S. Embates entre paradigmas de políticas para a educação em espaços rurais no Brasil contemporâneo. **Polis Revista Latinoamericana**, v. 40, 2015. Disponível em: <https://polis.revues.org/pdf/10763>. Acesso em 17 de Nov. de 2017.

FURLANI, D. D.; BOMFIM, Z. A. C. Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. **Psicologia & Sociedade**; v. 22 n. 1, 2010, p. 50-59. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 de Maio de 2016.

GALINDO, E. **Em pauta: juventude rural e políticas públicas no Brasil**. In: MARILDA, A. de M.; STROPASOLAS, V. L.; Barcellos, S. B. (Org.). Juventude rural e políticas públicas no Brasil. 1ed. Brasília: Presidência da República, v. 1, 2014, p. 122-132.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro 2005.

GONÇALVES, M. G. M.; BOCK, A. M. B. **A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais**. In: BOCK, A. M. B. e GONÇALVES, M. G. M. A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009. p. 116-157.

GONÇALVES, M. G. M.. **A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica**. In BOCK, A. M. B., GONÇALVES, M. G. M. e FURTADO, O. Psicologia Sócio-Histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia. 2. ed., São Paulo, SP: Cortez, 2002. p.37-52.

GONZALEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GONZALEZ REY, F. As representações sociais como produção subjetiva: seu impacto na hipertensão e no câncer. **Psicologia, Teoria e Prática**, São Paulo, v. 8, n.2, p.69-85, 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872006000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 28 de Julho de 2016.

GONZALEZ REY, F. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Psicologia da Educação**. n.24, 2007, pp. 155-179. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752007000100011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 07 de Julho, 2016.

GONZALEZ REY, F. As configurações subjetivas do câncer: um estudo de casos em uma perspectiva construtivo-interpretativa. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v. 30, n. 2, p. 328-345, jun. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 09 de Julho de 2016.

GONZALEZ REY, F. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUBER, R. Antropólogos nativos em La Argentina- analisis reflexivo de un incidente de campo. **Revistas de Antropologia**, vol. 39, nº 1. São Paulo, 1996, p. 39-81.

GUI, R. T. Prazer e sofrimento no trabalho: representações sociais de profissionais de recursos humanos. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v. 22, n. 4, p. 86-93. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 10 de Nov. de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000400011>.

GROSSMAN, E. A construção do conceito de adolescência no Ocidente. **Adolescência e Saúde**, v. 7, n. 3, p. 47-51, 2010. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=235. Acesso em 11 de Nov. de 2017.

JODELET, D. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: edUERJ, 2001, p.17-66.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1, 2006.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**. n. 10, v.15, 2004, p124-136.

LARANJEIRA, D. H. P.; IRIART, M. F. S.; RODRIGUES, M. S. Problematizando as Transições Juvenis na Saída do Ensino Médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, Mar. 2016, p. 117-133. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000100117&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de Maio de 2016.

LANE, S. **A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a psicologia**. In: LANE, S.; CODO, W. Psicologia social: o homem em movimento. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 10-19.

LEAL, G. F. **Exclusão social e ruptura de laços sociais: análise crítica do debate**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Sociologia da Unicamp. Campinas, 2008.

LOPES, L. G. R.; CARVALHO, D. B. de. Dinâmica temporal do assentamento e os projetos de vida da juventude rural. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 53, n. 4, Dec. 2015 p. 571-588. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000400571&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de Maio de 2016.

MATTOS, E. de. **Desenvolvimento do self na transição para a vida adulta: um estudo longitudinal com jovens baianos**. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento-Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 8ª edição, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Questões metodológicas acerca do dimensionamento da extrema pobreza no Brasil nos anos 2000**. Estudo técnico nº 8. Brasília, 2014.

MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia & Sociedade**. n. 25, v. 2, 2013, p. 331-341.

MOTA, A. A. S. A influência da televisão no desenvolvimento regional da zona rural no município de Palmas (TO). **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 13, n. 1, p. 41-57, 2010. Disponível em: <http://www.unisinos.br/_diversos/revistas/ojs/index.php/fronteiras/article/view/257>. Acesso 14 de Julho de 2017.

OLIVEIRA, M. C. S. L. de; VIEIRA, A. O. M. Narrativas sobre a privação de liberdade e o desenvolvimento do self adolescente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 67-83. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de Julho de 2016.

OLIVEIRA, M. C. S. L. de. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 427-436, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000200022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de Julho de 2016.

OZELLA, S. **Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

OZELLA, S; AGUIAR, W. M. J. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, jan./abr. 2008, p. 97-125.

PAUGAM, S. **A Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: EDUC / Cortez, 2003.

POCHMANN, M. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil**. In: NOVAIS, R e Vanuchi. P. (orgs). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.217-241.

SANTOS, G. L. dos. **Significados e sentidos dos direitos entre adolescentes de Salvador**. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SAUER, S. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 12ª ed., Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, C. B. de C. **Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**. V. 17(2), 2009. p. 87-106.

SILVA, G. de F. **Os sentidos subjetivos de adolescentes com câncer**. Dissertação de mestrado em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.

SILVA, M. S. da. **Construção de significados da maternidade por mães de autistas**. Dissertação de mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil, 2010.

SILVA, M. M. C. **Juventude rural e as representações sobre a AIDS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa, 2012.

SOUZA, C. L.; SOUZAS, R. Juventude e saúde: análise do discurso sobre oferta e acesso aos equipamentos e serviços públicos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 65, n.6, 2012, p.922-928. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000600006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 07 de Junho de 2016.

SOUSA, M. de. **Crônicas**. In: Maurício de Sousa Produções Artísticas, 2002. Disponível em: <<http://turmadamonica.uol.com.br/cronicas/o-veio-chico/>>. Acesso em 24 de Nov. de 2016.

SOUZA, D.V.; ZIONI, F. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 2, 2003, p. 76-85. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/7100/8571>>. Acesso em: 18 junho de 2016.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

TACCA, M. C. V. R.; GONZALEZ REY, F. Produção de sentido subjetivo: as singularidades dos alunos no processo de aprender. **Psicologia, Ciência e Profissão**.v. 28, n.1, 2008, pp.138-161. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000100011&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1414-9893. Acesso 07 de Julho, 2016.

TOLEDO, D. C. **Performance de gênero não normativa na adolescência: contribuições da teoria do Self dialógico**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2014.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, 2009, p. 777-796. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Nov. de 2016.

VIGOSTSKI, L.S. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos psicológicos superiores**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WANDERLEY, M. N. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.21-34.

WANDERLEY, M. N. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. **O mundo rural no Brasil: acesso a bens e serviços e processos de integração**. In: DELGADO, N. G. Brasil rural em debate: coletânea de artigos. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, 2010, p. 79-100.

WEISHEIMER, N. **Juventudes Rurais: Mapa de Estudos Recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 64, Mar. 2016, p. 61-78. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000100061&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Junho de 2016

APÊNDICE A- ROTEIRO PARA ENTREVISTA

NOME: _____

TELEFONE: _____

ENDEREÇO: _____

DATA: ____/____/____ **IDADE:** _____

ESTADO CIVIL:

(☐) Solteiro(a) (☐) Casado(a) (☐) Divorciado(a) (☐) Amasiado(a) (☐) União estável

Possui filhos? (☐) Sim (☐) Não Idades: _____

CONTITUIÇÃO FAMILIAR: _____ **RENDA FAMILIAR:** _____

1. ORIGEM

- a. Qual o seu local de nascimento? E da sua família?
- b. Em que seus pais trabalham/trabalhavam?
- c. Em que série escolar você está?
- d. Você já trabalhou/ trabalha? Qual seu primeiro trabalho? Quantos anos tinha? Onde foi? (trabalho como ajuda?)
- e. Como você se sente diante da possibilidade de exercer o trabalho no campo? Sua família apoia?

2. IDEIAS SOBRE A JUVENTUDE

- a. O que é ser jovem/adolescente para você?
- b. Para você é diferente ser jovem no campo e na cidade? Se sim, o que diferencia?
- c. Qual a sua percepção em relação a imagem do jovem do campo que é transmitida na televisão?
- d. Como é a sua relação com seus pais e familiares?

e. Como é sua relação com os estudos? Você gosta de estudar? Seus pais incentivam?

f. Como você se vê daqui a cinco anos?

3. VISÃO SOBRE EXCLUSÃO/INCLUSÃO ATRELADO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

a. Descreva como é o relacionamento entre os jovens do campo e os da cidade.

b. Você acredita que tem as mesmas possibilidades de acesso a estudo/ trabalho/ transporte quando comparado aos jovens da cidade? Fale um pouco sobre as semelhanças/diferenças.

c. Na sua opinião, a escola passa que tipo de imagem sobre o campo?

4. ASPECTOS RELACIONADOS À TRANSIÇÃO PARA A CIDADE

a. Quais os motivos que te levam a ir para o centro da cidade?

b. Você costuma a ir muito para cidades vizinhas, por quais motivos? Existem dificuldades nesse processo? Se sim, quais?

c. Como você se sente diante da necessidade de ir para a cidade?

5. QUESTÕES SOBRE A MIGRAÇÃO

a. Como você avalia a possibilidade de ir ficar/sair do campo? Quais fatores motivam/desmotivam?

b. Você vê no campo possibilidades de crescimento pessoal e profissional? (explorar a questão do trabalho agropecuário)

c. Quais atrativos existem ou deveriam existir para as pessoas continuarem no campo?

d. Há algo mais que você gostaria de dizer, que nós não abordamos?

APÊNDICE B- INSTRUMENTO GERADOR DOS MAPAS AFETIVOS

Nome: _____ Ender

eço: _____

Mora há quanto tempo nesse local: _____

Em que cidade você nasceu? _____

1. Primeiramente, obrigado pela sua colaboração. Abaixo você deverá fazer um desenho que represente sua forma de ver, sua forma de representar ou sua forma de sentir o local em que você mora. Lembre-se que é sua comunidade e não a sua cidade.

2. As seguintes perguntas fazem referência ao desenho feito por você. Não existem respostas certas ou erradas, boas ou ruins, mas sim, suas opiniões e impressões.

2.1 Explique brevemente que significado o desenho tem para você:

2.2 Descreva que sentimentos o desenho lhe desperta:

2.3 Escreva seis palavras que resumam seus sentimentos em relação ao que você desenhou:

1 _____

4 _____

2 _____

5 _____

3 _____

6 _____

Abaixo você encontrará algumas perguntas sobre o lugar que você mora. Lembre-se que não existem respostas certas ou erradas, mas sim a sua opinião.

3. Caso alguém lhe perguntasse o que pensa sobre onde mora, o que você diria?

4. Se você tivesse que fazer uma comparação do lugar que você mora com algo, com o que você o compararia?

5. A seguir você encontrará algumas afirmações sua comunidade com as quais poderá ou não concordar. Independente do que possam pensar as pessoas que estão ao seu redor, gostaríamos que indicasse o quanto concorda ou discorda com cada uma dessas afirmações. Faça isso circulando um número na escala de resposta ao lado de cada uma.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

01. É um lugar tranquilo e bom para se viver.	1	2	3	4	5
02. É um lugar que tem um lado bom e outro ruim, causando orgulho e vergonha para os moradores.	1	2	3	4	5
03. É um lugar feio e sujo.	1	2	3	4	5
04. É um lugar violento que causa medo nos seus moradores.	1	2	3	4	5
05. É um lugar bom, que comparo com minha própria casa.	1	2	3	4	5
06. É um lugar bom, que tem lugares bonitos e agradáveis.	1	2	3	4	5
07. É um lugar ótimo, apesar da sujeira e da violência.	1	2	3	4	5
08. É um lugar horrível, onde há muitas coisas destruídas e pelo qual sinto vergonha e desprezo.	1	2	3	4	5
09. É um lugar muito inseguro.	1	2	3	4	5
10. É um lugar que é fundamental para mim, pois tudo que faço nele tiro do coração.	1	2	3	4	5

6. Na próxima página, descreva o(s) caminho(s) que você percorre com frequência (utilize nomes de lugares de origem e destino e detalhes que chamem a sua atenção) durante o trajeto. Indique também para que finalidade que você percorre este(s) caminho(s).

Caminho 1

Caminho 2

7. Indique o lugar que, para você, representa onde você mora.

8. Você gostaria de morar em outro local? Qual? Por quê?

9. O que você gosta no local que você mora?

10. O que você não gosta no local que você mora?

11. O que poderia melhorar no local onde você mora?

APÊNDICE C- RECURSOS PARA ORIENTAÇÃO DO GRUPO FOCAL



Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=27231>



Fonte: <https://br.pinterest.com/barbaramendes07/chico-bento-mo%C3%A7o/>



Fonte: <http://centralcbm.blogspot.com.br/p/manga.html>

APÊNDICE D- ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL

1. Introdução: visão geral e os objetivos da discussão e explicar como vai ser a atividade; apresentação dos participantes (idade, onde mora, série e quando veio estudar no centro).
2. Lançar algumas perguntas sobre o que é “ser jovem” para eles.
3. Mostrar a figura do Chico bento e do Chico Bento jovem, explicando que ele foi pra universidade. Ler a historia em quadrinho.
4. Perguntar as impressões em relação as figuras e ao quadrinho.
5. Como vocês percebem que mídiaretrata as pessoas que moram no campo?
6. Vocês percebem alguma diferença do ser jovem na zona rural e ser jovem na cidade? Quais?
7. Como foi pra vocês sair da escola na zona rural e vir estudar aqui na cidade?
9. Como é aqui na escola?
10. Vocês sentem alguma dificuldade de transporte, acesso a lazer, etc, morando na zona rural? O que vocês acham que poderia melhorar?
11. Se pudessem optar entre morar na cidade ou na zona rural, onde vocês morariam? Por quê?

APÊNDICE E- AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

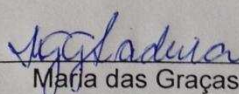
AUTORIZAÇÃO

Eu, Maria das Graças Gomes Ladeira, na qualidade de diretora da instituição Escola Estadual Capitão Arnaldo Dias Andrade, autorizo a realização da pesquisa intitulada "CONCEPÇÕES DE JOVENS DO CAMPO ACERCA DE SI MESMOS: UM ESTUDO SOBRE A SUBJETIVIDADE DOS JOVENS DE CAJURI-MG" a ser conduzida sob a responsabilidade dos pesquisadores, professora Lílian Perdigão Caixêta Reis e do mestrando Leandro Bicalho Lopes.

Declaro que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa.

Esta autorização só é válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa para a referida pesquisa.

Viçosa, 07 de fevereiro de 2017.



Maria das Graças Gomes Ladeira
MSP: 265992-8
Diretora Nomeada
Pag. 37

Diretora

APÊNDICE F- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MENORES)

O(A) filho(a) do Sr.(a) está sendo convidado a participar como voluntário da pesquisa **“Subjetividade Juvenil e Ruralidade: concepções de jovens acerca de si mesmos”**. Nesta pesquisa pretendemos identificar como os jovens do campo que exercem atividades nas cidades percebem a si mesmos, já que esta visão pode repercutir nos processos emigratórios da zona rural e estar relacionado a experiências de exclusão social vivida por eles.

Para o desenvolvimento da pesquisa é importante a participação do jovem em dois momentos. No primeiro serão realizadas duas atividades: uma delas será entrevista e a outra uma aplicação de atividade com desenho e perguntas sobre este desenho, a duração será de no máximo duas (2) horas, estas poderão ser realizadas em sua casa ou outro local que você desejar. No segundo momento, será necessária a participação dele em um (1) encontro no qual será realizado atividades de grupo, com um máximo de (10) dez pessoas, utilizando imagens e uma história em quadrinhos. Estima-se que o encontro durará no máximo duas (2) horas, e será realizado na escola estadual deste município. Caso você concorde, em ambos os momentos, as conversas serão gravadas em áudio para posterior transcrição e análise.

Os riscos potenciais da participação na pesquisa são mínimos, já que se realizará a partir de perguntas e dinâmicas sobre aspectos do cotidiano dele, portanto, esta pesquisa não apresenta nenhum risco físico. Entretanto, ele poderá se sentir constrangido (a) por alguma questão, uma vez que perguntas sobre sua vida privada serão feitas. Se isso ocorrer, ele está totalmente livre para não responder esta questão ou interromper a participação na pesquisa a qualquer momento.

Quanto aos benefícios da pesquisa, ele poderá ampliar a visão do(a) filho(a) do Sr.(a) sobre fatores que menosprezam sua cultura de origem e interferem no seu desenvolvimento pessoal, bem como nas relações dele com as pessoas. Também poderá contribuir para que possa reivindicar uma educação mais próxima de sua realidade.

Participando deste estudo o(a) filho(a) do Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o(a) Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. Ele tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévia. A participação é totalmente voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o(a) filho(a) do Sr.(a) é tratado (a) pela pesquisadora. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) filho(a) do Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar desta pesquisa, uma vez que as referências

a ele(ela) serão feitas por pseudônimos. O nome ou o material que indique participação dele(dela) não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável. Os dados coletados ficarão arquivados com o pesquisador responsável após o término da pesquisa. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____
_____, contato (_____) fui informado (a) dos objetivos, riscos e benefícios da pesquisa **“Subjetividade Juvenil e Ruralidade: concepções de jovens acerca de si mesmos”**, de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão sobre a participação do meu filho(a), se assim o desejar. Declaro _____ que concordo _____ que meu filho(a) _____, participe como voluntário nessa pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Coordenadora da pesquisa(pesquisadorresponsável):

Nome: Lílian Perdigão Caixêta Reis

Departamento:Economia DomésticaE-mail:lilian.perdigao@yahoo.com.br

Em caso de discordância ou irregularidade sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CEP: 36570-9 Viçosa/MG Telefone: (31)3899-2492

Email: cep@ufv.br www.cep.ufv.br

Cajuri, de _____ de 2017.

Assinatura

do(a)

responsável

legal:

Lílian Perdigão Caixêta Reis
Professora orientadora

Leandro Bicalho Lopes
Pesquisador

APÊNDICE G- TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“Subjetividade Juvenil e Ruralidade: concepções de jovens acerca de si mesmos”**. Nesta pesquisa pretendemos identificar como os jovens do campo que exercem atividades nas cidades percebem a si mesmos, já que esta visão pode resultar em migrações da zona rural e estar relacionado a experiências de exclusão social vividas por eles.

Para o desenvolvimento da pesquisa é importante sua participação em dois momentos. No primeiro serão realizadas duas atividades: uma delas será entrevista e a outra uma aplicação de atividade com desenho e perguntas sobre este desenho, a duração será de no máximo duas (2) horas, estas poderão ser realizadas em sua casa ou outro local que você desejar.

No segundo momento, será necessária a sua participação em um (1) encontro no qual será realizado atividades de grupo, com um máximo de (10) dez pessoas, utilizando imagens e uma história em quadrinhos.

Estima-se que o encontro durará no máximo duas (2) horas, e será realizado na escola estadual deste município. Caso você concorde, em ambos os momentos, as conversas serão gravadas em áudio para posterior transcrição e análise. Somente o pesquisador terá acesso às gravações.

Os riscos potenciais da participação na pesquisa são mínimos, já que se realizará a partir de perguntas e atividades sobre aspectos do seu cotidiano, portanto, esta pesquisa não apresenta nenhum risco físico. Entretanto, poderá se sentir constrangido (a) por alguma questão, uma vez que perguntas sobre sua vida privada serão feitas.

Se isso ocorrer, você está totalmente livre para não responder esta questão ou interromper a participação na pesquisa a qualquer momento. Quanto aos benefícios da pesquisa, você poderá ampliar sua visão sobre fatores que menosprezam sua cultura de origem e interferem no seu desenvolvimento pessoal e nas suas relações com as pessoas. Também poderá contribuir para que possa reivindicar uma educação mais próxima de sua realidade.

Para participar deste estudo, seu responsável legal deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização. Você tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou seu responsável legal de retirar o consentimento ou interromper sua participação, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que você é atendido(a) pelo pesquisador.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a permissão de seu responsável legal.

Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Universidade Federal de Viçosa e a outra será fornecida a você.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o

pesquisador responsável por um período de 1 ano, até o término da pesquisa. Depois desse tempo, os mesmos serão destruídos.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____
____contato_____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “Subjetividade Juvenil e Ruralidade: concepções de jovens do campo acerca de si mesmos” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e o meu responsável legal poderá modificar sua decisão sobre minha participação se assim o desejar. Já assinado o termo de consentimento por meu responsável legal, declaro que concordo em participar desta pesquisa.

Recebi uma via deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Coordenadora da pesquisa(pesquisadorresponsável):

Nome: Lílian Perdigão Caixêta Reis

E-mail:lilian.perdigao@yahoo.com.br

Professora da Universidade Federal de Viçosa

Equipe de pesquisa

Nome: Leandro Bicalho Lopes

E-mail:leandrobicalholopes@yahoo.com.br

Mestrando do Departamento de Economia Doméstica

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3899-2492

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

Viçosa, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador